

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE ALAGOAS**

**CAIO DOS SANTOS TAVARES**

**A CONSTRUÇÃO DO “*HABITUS* SOCIOLÓGICO”:  
UMA ANÁLISE DISPOSICIONALISTA DE FERNANDO AZEVEDO**

Maceió  
2023

**CAIO DOS SANTOS TAVARES**

**A CONSTRUÇÃO DO “*HABITUS* SOCIOLÓGICO”:  
UMA ANÁLISE DISPOSICIONALISTA DE FERNANDO AZEVEDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Linha de Pesquisa: Conflito, Poder e Meio Ambiente/Corpo, Cultura e Conhecimento, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção da qualificação.

Orientador: professor doutor Cristiano das Neves Bodart

Maceió  
2023

**Catálogo na Fonte Universidade Federal de Alagoas Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

T231c Tavares, Caio dos Santos.  
A construção do “*habitus* sociológico” : uma análise  
disposicionalista de Fernando Azevedo / Caio dos Santos Tavares.  
– 2023.  
71 f. : il. color.

Orientador: Cristiano das Neves Bodart.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade  
Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 65-71.

1. Sociologia. 2. Sociologia - Institucionalização. 3.  
Sociologia educacional. 4. Senso prático. 5. Sociologia -

**CAIO DOS SANTOS TAVARES**

**A CONSTRUÇÃO DO “*HABITUS* SOCIOLÓGICO”:  
UMA ANÁLISE DISPOSICIONALISTA DE FERNANDO AZEVEDO**

APROVADO EM: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professor doutor Cristiano das Neves Bodart (PPGS/ICS/UFAL)**

---

**Professor doutor Welkson Pires da Silva (PPGS/ICS/UFAL)**

---

**Professor doutor Marcelo Pinheiro Cigales (PPGS/ICS/UNB)**

Para todos aqueles que me ajudaram a chegar até aqui.

À minha mãe Andreia de Souza Santos que, como tantas mães solteiras, se dou e muitas vezes se colocou em segundo lugar a fim de guiar e formar o ser humano que eu sou.

À minha avó Terezinha de Souza Santos, ao meu avô Eronides Santos e à minha tia Priscilla de Souza Santos, por todo carinho, ensinamentos e inspiração diária.

A Daniel Almeida Lima Júnior, pela parceria e acolhimento nas horas difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha família por oportunizar condições mínimas de existência para seguir a minha trajetória acadêmica. Devo destacar o papel fundamental que a minha mãe teve nesse processo, ao abrir mão de sua vida para viver o meu sonho em ser sociólogo, fazendo-me perceber que sem ela não seria possível chegar a esse momento.

Aos meus amigos e amigas: Leonardo Oliveira, Daniele Yumi, Felipe Henrique, José Adriano e Monick Pimentel, por todo carinho, respeito e acolhimento ao longo de nossa convivência, sendo imprescindíveis em minha vida.

Tenho gratidão, respeito e inspiração pelos meus colegas de mestrado: Aline Daiane, João Victor, José Inaldo, João Braz, Mayara Jennyfer, Pedro Ivo, Fabiana Alves, Erivaldo Damião, Else Freire, Diego da Silva, Kássia Sybelli, William Borges, Daniela Meneses, Roberto Barbosa e Fábio Montes.

Agradeço ao meu orientador, Cristiano Bodart, que foi o principal incentivador para participar da seleção do mestrado e, ao longo da minha trajetória, foi fundamental por todo ensinamento transmitido, tal como outros grandes professores do ensino médio e da universidade (Francisco Ortiz, Ciro de Oliveira, Júlio Cezar, Salomão Nunes, Welkon Pires, Elder Patrick, Paolo Totaro, Emerson Oliveira, João Batista, Ranulfo Paranhos, José Alexandre, Wendell Ficher, Joannes Forte e Thiago Esteves, Viviane Ortega, Jordânia Souza, Luciléia Aparecida, Nádia Elisa, Débora Allebrandt, Fernanda Feijó, Ligia Eras e Suzana Maria que são inspiração para a minha jornada como pesquisador/professor.

Minha eterna gratidão à Universidade Federal de Alagoas, uma instituição fundamental para o desenvolvimento econômico de Alagoas. Apesar de todos os ataques sofridos nos últimos anos, segue sendo referência de ensino público, gratuito e de qualidade.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da minha pesquisa de mestrado, por meio do pagamento mensal da bolsa, sem a qual não teria condições de realizar esse sonho.

## RESUMO

A presente pesquisa teve por intenção compreender o que teria levado um agente social não graduado em Ciências Sociais a agir como um sociólogo, a saber: confeccionando obras didáticas, atuando na organização de coleções e contribuindo para a criação de cursos de Ciências Sociais. A análise considerou três dimensões” interdependentes: a estrutura social, as disposições sociais e sua agência. Haja vista que o senso prático sociológico de Azevedo é resultado da disposição incorporada em suas experiências profissionais socializadoras no interior dos campos sociais em que estava imerso, bem como do contexto político e econômico favorável à sua ação. Compreender a estrutura social e os capitais simbólicos disputados forneceu elementos para desvelar como se produziu um sociólogo, sem que este tenha se formado em Ciências Sociais ou em Sociologia. Procurou-se investigar as práticas do referido autor, os lugares em que esteve inserido e as relações que manteve para entender as incorporações sociais. Este estudo foi realizado a partir das perspectivas teórico-metodológicas alicerçadas em Pierre Bourdieu, aproximando-se de uma Sociologia Disposicionalista. Para compreender o *habitus* que levou Fernando de Azevedo a agir como um sociólogo, parece ser condição *sine qua non* identificar e entender sua posição no campo educacional e político. Para tanto, foram apropriados outros trabalhos biográficos sobre esse autor (NASCIMENTO, 2012; VIESTEL, 2013) e coletadas informações adicionais sobre sua trajetória, a partir de buscas sistematizadas na Hemeroteca Nacional Digital. O recorte temporal da investigação dá-se em 1930, ano que assumiu a coordenação da Biblioteca Nacional, até 1940, ano da publicação do último manual de Sociologia. Constatamos que a construção do “*habitus* sociológico” de Fernando de Azevedo não foi tão somente a um campo específico. O senso prático sociológico foi influenciado pelo *habitus* produzido na intersecção dos campos cultural, científico, político e educacional a partir das disputas ocorridas nesses outros campos, fazendo com que o autor agisse e acreditasse na importância da Sociologia em contribuir com o processo de modernização do país

**Palavras-chave:** Institucionalização da Sociologia. Sociologia Escolar. Senso Prático. Fernando de Azevedo. Compêndios de Sociologia.

## ABSTRACT

This research intends to understand what would have led a social agent not graduated in Social Sciences to act as a sociologist, namely: producing didactic works, participating in the organization of works, wanting to create courses in Social Sciences. The analysis considers two interdependent “dimensions”: the social structure, the social provisions and their agency. We will consider that Azevedo's practical sociological sense is the result of the disposition created in his socializing professional experiences within the social fields in which he was immersed, as well as the political and economic context favorable to his action. Understanding the social structure and the disputed symbolic symbols will provide us with elements to develop how a sociologist was produced, without having graduated in Social Sciences or Sociology. We tried to investigate the practices of that author, the places they were inserted, the relationships they maintained to understand the social incorporations, we will carry out our study from the theoretical-methodological perspectives based on Pierre Bourdieu, approaching a dispositional Sociology. In order to understand the habitus that led Fernando de Azevedo to act as a sociologist, it seems to us to be a sine qua non condition for identifying and understanding his position in the educational and political field. To do so, we will appropriate other biographical works about this author (NASCIMENTO, 2012; VIESTEL, 2013) and collect additional information about his trajectory, based on systematic searches in the Hemeroteca Nacional Digital. The time frame of our investigation takes place in 1930, the year he took over the coordination of the national library, until 1940, the year of publication of the last Sociology manual. Our hypothesis is that the operating logic of the educational field influenced his action as a sociologist; which corroborates the understanding of the history of Brazilian Sociology, and, in particular, of school Sociology, since many of its actions and works were relevant to the process of institutionalization of the discipline in the first half of the 20th century (NASCIMENTO, 2012).

**Keywords:** Institutionalization of Sociology. School Sociology. Practical Sense. Fernando de Azevedo. Sociology Compendiums.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Página inicial de busca na HDB.....	21
<b>Figura 2</b>	Lista de ocorrências por periódicos.....	22
<b>Figura 3</b>	Resultado das ocorrências do periódico escolhido.....	23
<b>Figura 4</b>	À posse do professor Fernando de Azevedo, diretor de Instrução (1933).....	35

## LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BN	Biblioteca Nacional
BPB	Biblioteca Pedagógica Brasileira
CCE	Confederação Católica de Educação
CIA Editora Nacional	Companhia Editora Nacional
ESPSP	Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
HDB	Hemeroteca Digital Brasileira
IEUSP	Instituto de Educação
OCR	Optical Character Recognition
RJ	Rio de Janeiro
UDF	Universidade do Distrito Federal
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
<b>3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>21</b>
<b>4 FERNANDO DE AZEVEDO: TRAJETÓRIA CONTEXTUALIZADA.....</b>	<b>26</b>
<b>5 FERNANDO DE AZEVEDO: FUNDADOR, COORDENADOR EDITORIAL E AUTOR.....</b>	<b>31</b>
5.1 FERNANDO DE AZEVEDO: O FUNDADOR DO PRIMEIRO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DESTINADO À FORMAÇÃO DE PROFESSOR.....	32
5.2 FERNANDO DE AZEVEDO: O COORDENADOR DA COLEÇÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL.....	44
5.3 FERNANDO DE AZEVEDO: O AUTOR DE <i>SOCIOLOGIA EDUCACIONAL</i> (1940).....	53
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Sociologia se consolidou como disciplina científica no final do século XIX. Podemos citar dois símbolos de institucionalização, sendo o primeiro a cátedra de Émile Durkheim na Universidade de Bordeaux, em 1887, e o segundo a cátedra no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, em 1892. No Brasil, a presença da Sociologia em cátedras ocorreu na educação secundária brasileira, no final do século XIX (OLIVEIRA, 2013). O saber sociológico foi amplamente difundido no Brasil, em um primeiro momento, nas Faculdades de Direito (CÂNDIDO, 2006). Os primeiros cursos denominados “Ciências Sociais” foram criados em 1930 (MICELI, 1989).

Esta dissertação tem por objetivo geral compreender a construção do *habitus* sociológico de Fernando de Azevedo. Assim, as suas ações como autor, organizador de obras sociológicas e a sua contribuição na criação do curso de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo (USP). O recorte temporal da nossa investigação dá-se de 1930, ano em que assumiu a coordenação da Biblioteca Nacional (BN), até 1940, ano da publicação do último manual de Sociologia. A escolha desse agente social deu-se pelo seu histórico de luta pelo processo de institucionalização da Sociologia.

Devemos salientar que além de Azevedo, outros autores que pertenciam à elite intelectual não tinham formação na área de Sociologia. Segundo Engerhoff e Cigales (2017), outros importantes intelectuais, como Carneiro Leão, Alceu Amoroso Lima e Pontes de Miranda, tinham formação em Direito e escreveram obras educacionais voltadas a essa área do saber. Esses intelectuais acumularam capital cultural institucionalizado (títulos de bacharéis/escolares) e converteram em outros capitais simbólicos, sendo eles: ocupando cargos no Estado, além de estarem inseridos nas discussões do debate público na imprensa. Esse capital, por sua vez, parece ter ampliado o capital social, possibilitando uma ampla divulgação e uma considerável recepção de suas obras.

Ainda sobre a trajetória de Fernando de Azevedo, entendê-la contribui com o entendimento do processo de institucionalização da disciplina de Sociologia no país, devido ao fato de esse autor ter participado de forma ativa de importantes eventos históricos, tal como: em 1928, quando incluiu na Escola Normal do Distrito Federal a cadeira de Sociologia; em 1931, foi professor de Sociologia no Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de São Paulo; em 1933, ocupou o cargo de diretor de Instrução Pública, na qual estabeleceu que o ensino de Sociologia deveria ser lecionado em todas as escolas de

formação de professor do estado de São Paulo. Fundou o Instituto de Educação, sendo que desempenhou a função de professor e catedrático da disciplina Sociologia Educacional. Além disso, participou da fundação do primeiro curso de formação de professores de Ciências Sociais no Brasil, na USP, em 1934, ocupando a primeira cadeira de Sociologia nessa instituição e assumindo a coordenação da coleção na BN, tendo sido responsável por publicar importantes obras da Sociologia nos anos de 1930, 1940 e 1950. Esses fatos fazem com que sua biografia esteja entrelaçada à institucionalização da Sociologia no Brasil (NASCIMENTO, 2012), o que nos levou a tomá-lo como objeto sociológico, numa proposta de fazermos uma Sociologia disposicionalista.

A trajetória de Azevedo é imbricada de disputas nos campos políticos e educacionais, sendo forjada nesse contexto. Azevedo, defendendo o pressuposto de que a Sociologia teria a função de contribuir para analisar e planejar a educação brasileira (PENNA, 2010), atuou como relator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 (AZEVEDO, 1932), documento que é produto de uma série de reuniões da Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924, que reunia importantes intelectuais da época (CIGALES, 2019). Em que se contrapunha ao modelo educacional baseado em uma concepção elitista, que renegava o seu acesso aos mais pobres.

Cabe destacar que a Igreja Católica salvaguardava e orientava os rumos dessa educação excludente desde o período colonial (MACHADO; TERUYA, 2007). Inclusive, como reação ao Manifesto de 1932, foi fundada a Confederação Católica de Educação (CCE), que pretendia manter a posição da Igreja Católica no campo educacional (CIGALES, 2019). Em vista disso, havia um campo educacional marcado por disputas onde, de um lado, estavam os intelectuais católicos e, de outro, os intelectuais escolanovistas; ambos dotados de capitais cultural e social. Os católicos, muitos eclesiásticos, possuíam amplo contato com a Igreja Católica, defendendo o modelo confessional de educação (XAVIER, 2003). Já os escolanovistas, inseridos em cargos públicos, defendiam, *grosso modo*, que a escola deveria ser pública e laica (OLIVEIRA; CIGALES; ENGERROFF, 2021). A implementação dos princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova chegou em seu apogeu no ano de 1934, com a fundação da USP (BOTO, 2019), estando Azevedo envolvido diretamente e de forma proeminente nesses embates.

Um aspecto que nos chama atenção na biografia de Azevedo é o fato de ele não ter cursado graduação em Ciências Sociais ou Sociologia e, ainda assim, ter produzido importantes compêndios de Sociologia, sendo eles: *Princípios de Sociologia* (1935),

*Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais* (1940) e *Introdução à Sociologia* (1940); além de ter contribuído com a fundação do primeiro curso de formação de professores em Ciências Sociais, em 1934, na USP, e ter sido coordenador da coleção na BN. Frente a isso, indagamos o que o teria levado a direcionar a sua trajetória de vida à Sociologia? Nossa hipótese – a ser testada – é a de que o senso prático sociológico foi resultante da disposição incorporada em suas experiências profissionais socializadoras no interior dos campos sociais em que estava imerso, campos esses configurados em um contexto político, educacional e econômico favorável a tais publicações. Compreender a estrutura social e os capitais simbólicos disputados nos fornecerá elementos para desvelá-lo como sociólogo, sem que este tenha se formado em Ciências Sociais ou em Sociologia.

Vale destacar que o primeiro curso brasileiro de Sociologia foi criado apenas em 1933, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP), e de Ciências Sociais, em 1934, na USP, do qual Azevedo foi fundador. Fernando de Azevedo foi o responsável por confeccionar seus estatutos. A sua atuação foi relevante ao estimular com que a instituição contratasse professores/especialistas oriundos de outros países. Essa iniciativa objetivava consolidar no Brasil uma área de pesquisa e ensino de Ciências Sociais. Por esse motivo, muitos intelectuais, como Azevedo, atuavam naquele período como professores de Sociologia ou como autores de manuais escolares sem terem formação na área.

Tomaremos como ponto de partida outros trabalhos que tiveram a pretensão de: investigar a biografia desse sociólogo (NASCIMENTO, 2012; VIESTEL, 2013); analisar o conteúdo de suas obras (PENNA, 2010; BODART, SOUZA, 2019); assim como, investigações que analisaram manuais escritos por Azevedo (MEUCCI, 2000; CIGALES, 2014; BODART; SOUZA, 2019).

Em seus escritos, Penna (2010) realizou um trabalho que visava, partindo da análise das obras de Azevedo, compreender como esse autor teorizou a modernização brasileira. Bodart e Souza (2019) realizaram uma análise de conteúdo de três manuais de Sociologia Educacional. Entre as obras investigadas estava *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo. Os autores buscaram “[...] elucidar o que era privilegiado na Sociologia Educacional no Brasil durante os anos de 1940” (BODART, SOUZA, 2019, p. 63).

Meucci (2000) fez uma análise dos primeiros manuais de Sociologia produzidos no Brasil, incluindo alguns produzidos por Azevedo, centrando sua investigação no propósito de “[...] identificar o modo como o conhecimento sociológico foi reunido, sistematizado,

legitimado” (MEUCCI, 2000, p. 5). O estudo de Cigales (2014), similarmente, propôs-se a entender a institucionalização da Sociologia no Brasil, tendo explorado os conflitos entre os sociólogos cristãos e laicos. Para isso, investigou dois manuais de Sociologia Educacional, um escrito por Amaral Fontoura, expoente da corrente de pensamento católico, e um publicado por Fernando de Azevedo, representante da corrente laica ou cientificista. Nascimento (2012) centrou na biografia de Fernando de Azevedo, procurando enfatizar sua importância para a institucionalização da Sociologia. Diferentemente de Meucci (2000) e Cigales (2014), a autora não realizou a análise de nenhuma obra. Viestel (2013) faz um estudo biográfico, sob a perspectiva de Norbert Elias, tomando como fonte a autobiografia escrita por Fernando de Azevedo, nomeada como *História de minha vida*.

A proposta desta investigação se distingue de Meucci (2000), Penna (2010), Nascimento (2012), Viestel (2013), Cigales (2014) e Bodart e Souza (2019) por buscar compreender quais são as disposições incorporadas que levam um agente social não formado em Ciências Sociais ou em Sociologia a agir como um sociólogo. Ou seja, como se produz um senso prático de sociólogo sem passar por um curso de Ciências Sociais ou de Sociologia. Nossa pesquisa procura compreender como e por que Fernando de Azevedo pensou sociologicamente, optou por método sociológico e escolheu determinados objetos de análise caros à Sociologia. Como a sua formação não nos parece ser uma chave explicativa, consideramos ser preciso reconstruir sua trajetória, buscando compreender a lógica de funcionamento do campo educacional que esteve inserido e, conseqüentemente, entender seu senso prático. Partindo dessa premissa, buscaremos desvelar aspectos que possam ter orientado a escolha de Fernando de Azevedo pelo campo da Sociologia, assim como ter lhe influenciado a produzir nessa área de conhecimento. O referencial teórico adotado é a Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu.

Devemos salientar que na teoria bourdiesiana o *habitus* é um sistema de orientação que predispõem o ator a efetuar suas escolhas, ou seja, a um senso prático. Isto posto, esse agente passa pelo processo de socialização e, em alguma medida, singulariza-se nas relações sociais estabelecidas (BOURDIEU, 2001). Por esse ângulo, o *habitus* é um conjunto de disposições duráveis à ação que regula a conduta dos agentes na estrutura social a partir dos valores incorporados (BOURDIEU, 2007). Fernando de Azevedo esteve inserido, ao menos, nos campos intelectual, político e educacional, o que levaremos em consideração, acreditando, como hipótese, ter influenciado na construção de um *habitus* que se manifestou em um senso prático, que resultou em sua participação no processo de institucionalização da

Sociologia no Brasil.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro realiza a explicação da Teoria dos Campos Sociais, de Bourdieu, assim como apresentamos, a partir de Cigales (2019), sua compreensão do campo educacional brasileiro. Essa estrutura teórica foi importante para analisarmos a construção do *habitus* sociológico de Fernando de Azevedo. No segundo capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa. Com isso, o recorte da pesquisa e a forma que realizamos a coleta de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), assim como os cuidados metodológicos requeridos ao realizar esse tipo de investigação.

No terceiro capítulo, iniciamos a análise da trajetória de Fernando de Azevedo e a estrutura social de sua época. Nosso objetivo nessa parte foi evidenciar a sua origem familiar. No quarto capítulo, evidenciamos as mudanças da sociedade brasileira que resultaram na emergência do processo de institucionalização do campo acadêmico e a participação de Fernando de Azevedo na fundação do primeiro curso de formação de professores em Ciências Sociais no Brasil, na USP. Assim, identificamos os capitais simbólicos que Azevedo disputou para conseguir ter um papel de protagonista na consolidação de um modelo de educação no Brasil e qual era a contribuição da Sociologia vislumbrada para esse momento. Além disso, mostramos como o crescimento do mercado editorial no Brasil impactou no campo intelectual. Assim, com maiores recursos e um mercado consumidor em ascensão, o papel que as editoras tiveram na divulgação do conhecimento e a ação de Fernando de Azevedo na coordenação da coleção da BN. Por fim, realizamos uma análise da obra *Sociologia Educacional* (1940), de Fernando de Azevedo, buscando compreender qual foi a concepção de Sociologia teorizada pelo autor.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria bourdiesiana buscou superar a dicotomia indivíduo e sociedade presente na Sociologia Clássica. Antes de apresentar a proposição de Bourdieu, é salutar contextualizarmos que o sociólogo realizou críticas ao conhecimento objetivista e ao conhecimento subjetivista. Para Bourdieu (2009), o primeiro (conhecimento objetivista) atribuiu um peso demasiado na estrutura social. A função exercida pelo sujeito é de executor das determinações que são exteriores a ele, sendo com isso passivo às determinações da sociedade. Os indivíduos sofrem uma coerção externa para executar as normas e regras impostas pela sociedade. Nesse sentido, esse sistema objetivo não está no alcance de interferência do sujeito. Logo, o indivíduo é visto como um mero executor das normas sociais.

Bourdieu e Passeron (1970) concordam com Marx e Durkheim que as estruturas e os processos societários possuem propriedades que escapam da vontade e consciência dos agentes individuais. Mas se afasta desses autores ao afirmar que as intenções e representações desses indivíduos são importantes para a explicação sociológica. Ou seja, os clássicos Marx e Durkheim dão relevância à dominação da sociedade como uma força exterior e independente sobre o indivíduo.

Por conseguinte, o objetivismo se caracteriza pelas explicações sobre a ação que é dominada pela sociedade como uma força exterior e independente. Então, a crítica de Bourdieu concerne à estrutura social, sendo vista como capaz de agir com vontade e consciência do mesmo modo que indivíduos. De um modo que desconsidera a capacidade de agência em sua análise, postulando que os sujeitos são executores das normas, valores sociais e submetidos a uma vontade exterior que mecaniza as ações.

Segundo Monteiro (2018), devemos ponderar que Bourdieu, mesmo realizando sua crítica ao objetivismo, considera que seja importante analisar também as estruturas sociais. Para explicar os fenômenos sociais, é necessário compreender o todo para depois compreender os agentes. Além disso, faz-se necessário ter noção que a estrutura social não é a-histórica (como concebida por Lévi-Strauss). Em vista disso, a realidade social não é estática, já que é movida pelas práticas dos indivíduos imersos no mundo social. As ações não podem ser vistas como algo determinado pela estrutura social (mecânico), e sim por práticas movidas por interesses.

Já o segundo (conhecimento fenomenológico) excluiu de sua análise as estruturas

sociais, delegando importância às ações empreendidas pelos atores sociais no cotidiano, como se as ações realizadas pelos indivíduos não tivessem conexão com a estrutura social (BOURDIEU, 2009). Além disso, possuem total consciência de suas ações, que são resultados de um cálculo estratégico. O conhecimento fenomenológico se baseia na “[...] experiência primeira do mundo social (meio familiar, apreensão do mundo natural e evidente, conhecimento prático e tácito), e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade” (BOURDIEU, 1994, p. 46). Dessa forma, é como se as escolhas dos indivíduos fossem praticadas de um modo livre, não levando em consideração as condições objetivas que tencionam a ação.

Bourdieu estabelece um diálogo com as contribuições da fenomenologia de Garfinkel e Schutz. Segundo Peters (2018), a princípio é enaltecido que os autores acertaram no instante de explicar que as estruturas sociais não se reproduzem por si mesmas, pois são historicamente reproduzidas a partir das práticas de agentes que possuem interesses e habilidades. Contudo, critica o enfoque analítico micro, ignorando o processo prévio de produção dos indivíduos em sociedade. Para Bourdieu, é ausente na teoria de Garfinkel e Schutz o fato de que esses interesses e habilidades, que são executados pelos indivíduos, são resultado da socialização que os agentes receberam das estruturas sociais. Na medida em que todos são socializados em condições de existência que não escolheram, por exemplo, a instituição social família, que já existia antes de sua chegada ao mundo. Assim, no decorrer do processo de socialização, traços dessas condições de existências são interiorizados na sua própria subjetividade sob forma de *habitus*, ou seja, um conjunto de disposições de agir, sentir e pensar.

A socialização em Bourdieu não gera sujeitos passivos à transmissão de conteúdos de instituições sociais. Logo, a socialização resulta em agentes ativos que executam as suas disposições socialmente aprendidas. Esses agentes não são os efeitos da estrutura social. É mediante o conceito de *habitus*, que são disposições incorporadas, que Bourdieu conseguiu superar as limitações e aproveitar as virtudes do objetivismo e subjetivismo (PIRES, 2018).

Bourdieu (2009) teorizou ao longo de sua trajetória de vida o conhecimento praxiológico, em que realiza a crítica ao objetivismo e ao subjetivismo, e também abarca aspectos de tais abordagens na sua proposição sociológica. É visado retirar o enfoque de que os indivíduos não são livres, conscientes de suas ações e que não são meros reprodutores das normas sociais. Bourdieu (2009) centra-se na mediação entre a agência e a estrutura,

recuperando a noção ativa dos indivíduos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de trajetórias individuais. As estruturas sociais e as ações dos agentes devem ser consideradas na análise social. Em outros termos, para entendermos a sociedade, é necessário considerar que a estrutura social não é exterior aos indivíduos, mas elas se encontram dentro dos agentes sociais; o conceito de *habitus* rompe com esse dualismo objetivismo e subjetivismo.

Os agentes sociais são socializados em estruturas objetivas e se comportam com base nas disposições adquiridas, mas também influenciam o próprio ambiente estrutural em que estão inseridos (PETERS, 2018). Esses saberes práticos capacitam a conduta cotidiana e não se resumem a habilidades mentais, mas incluem modos socialmente apreendidos de guiar o corpo. Assim, a sociedade é exterior aos indivíduos ou como uma representação interna mantida por eles. Para Bourdieu (1994), é necessário investigar as percepções e representações; essas estão de acordo com a posição do agente no espaço social. Esse entendimento sobre o mundo não ocorre de forma estritamente individual, mas é devido à coerção das exterioridades sobre o indivíduo.

Há um duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. Assim, os agentes não agem no mundo social de forma autônoma, pois a sociedade está inscrita em seu corpo e mente. Além disso, esse agente não é simplesmente executor das determinações externas da estrutura social, visto que ele age no mundo influenciando a realidade social e acaba sendo influenciado por ela (BOURDIEU, 2009). Dito de outro modo, o conhecimento praxiológico pressupõe uma relação dialética entre a agência e a estrutura social. As ações, percepções, escolhas ou aspirações individuais são produtos da relação entre um *habitus*, pressões e estímulos de uma conjuntura (SETTON, 2002).

O *habitus* é um sistema de orientação que predispõem o ator a efetuar suas escolhas, ou seja, um senso prático. O senso prático é fruto de experiências anteriores de respostas a situações semelhantes que foram aprendidas (BOURDIEU, 2009). Isto posto, os agentes sociais passam pelo processo de socialização e, em alguma medida, singularizam-se nas relações sociais estabelecidas (BOURDIEU, 2001). Por esse ângulo, o *habitus* é um conjunto de disposições duráveis à ação que regula a conduta dos agentes no campo social a partir dos valores incorporados (BOURDIEU, 2007).

Partirmos da proposição de Bourdieu (1996), de que o indivíduo socializado executa ações mediante o senso prático adquirido ao longo de experiências similares, as quais o

orienta, em certa medida, a responder de maneira socialmente apropriada às exigências do contexto. Bourdieu e Wacquant (1992) definiram campo social como sendo um microcosmo que está inserido no macrocosmo constituído pelo espaço social. O campo é um espaço estruturado de posições devido à distribuição desigual de capitais, entendido como recurso escasso. A forma que os agentes atuam dentro do campo está atrelada às suas posições de dominantes ou dominados. Os dominantes executam estratégias de conservação do *status quo*, já os dominados realizam estratégias de subversão. Os agentes estão lutando para adquirir capitais valorizados no espaço social que ocupam. Mesmo que ocorra a disputa entre os agentes, ambos mantêm uma “cumplicidade objetiva”, já que desejam que o campo exista.

Além disso, cada campo social tem autonomia relativa em relação aos outros campos. As disputas que ocorrem em seu interior têm uma lógica interna, contudo os efeitos econômicos, sociais, políticos das lutas externas ao campo influenciam as relações de forças internas (BOURDIEU, 1983). Em outros termos, em cada campo os agentes possuem disputas específicas que ocorrem de acordo com as regras de funcionamento daquele microcosmo. Dessa forma, o que faz um cientista agir e a maneira como age dentro do campo científico não é do mesmo modo que um político que está imerso nos desafios específicos do campo político. Nesse sentido, campo, na concepção do autor, “[...] pressupõe certo grau de autonomia, ou seja, uma especialização estrutural, ordenamento específico de posições específicas, que encerra práticas também específicas. Em outras palavras, deve apresentar um elevado nível de institucionalização” (PIRES, 2018, p. 44).

Cabe ressaltar que foi a partir da sua vivência na sociedade francesa que Bourdieu desenvolveu o conceito de campo. Torna-se necessário considerar que o *locus* desta pesquisa, o campo educacional, ainda não estava completamente institucionalizado no Brasil. Na sequência, apresentaremos a conceituação dos campos político, científico e cultural.

Segundo Bourdieu (2011), no campo político a luta para ocupar espaços de prestígio gera uma competição permanente. Para se distinguir, os agentes visam adquirir capital político que corresponde à reputação, à honra e à forma como é reconhecido no interior do campo. Além disso, os indivíduos que possuem uma quantidade maior de capital econômico (que dispõem de maior espaço de tempo e recursos materiais), capital social (construído mediante as estratégias de investimento em relações sociais duráveis) e capital cultural (adquirido pelos indivíduos que tiveram mais tempo para se dedicar ao processo de incorporação do patrimônio cultural e que atuam neste campo social) apresentam mais

legitimidade em atuar no campo político.

Para Bourdieu (2004), o conceito de capital científico possui duas classificações: a primeira trata-se do prestígio de uma autoridade científica reconhecida pelos outros membros do campo. A notoriedade é adquirida mediante a estratégia de atuação dentro do campo na forma de inovações científicas. O outro estado do capital científico é o poder institucionalizado, que está atrelado com ocupações de cargos, relevantes nas instituições científicas. À medida que adota estratégias de ocupar cargos em instituições renomadas no interior do campo científico, aumenta seu prestígio.

Já o capital cultural, para Bourdieu (2007), possui três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. O primeiro refere-se às disposições internalizadas no corpo e na mente, mediante o processo de transmissão do patrimônio cultural que ocorre na família e pela escola. O resultado da socialização realizada por essas instituições são os agentes sociais terem preferências estéticas, postura corporal e habilidades de acordo com os valores transmitidos.

O segundo estado trata do capital cultural objetivado em bens culturais adequados à cultura, considerada legítima da classe dominante. Os agentes, além de terem recursos econômicos para adquirir esses bens, precisam ter inscrito em seu corpo e mente um específico gosto estético, que faça com que tenha intenção em possuir, admirar obras de arte, livros etc. Já seu estado institucionalizado é representando por diplomas e certificados legitimados e reconhecidos por instituições educacionais. Cigales (2019) postula que a unificação dos três tipos de capitais – político, científico e cultural – forma o capital educacional definido da seguinte forma:

O capital educacional que está situado na interface do campo cultural, político e científico, e conseqüentemente da reunião dos diferentes capitais que cada um desses campos produz. Assim, o capital educacional compõe-se de montantes dos capitais cultural, político e científico, que mobilizados em conjunto, legitimam determinados agentes a atuarem no campo educacional. Ou seja, podemos pensar que o campo educacional se constituiu no Brasil através do jogo de capitais (cultural, político e científico), que reunidos legitimaram determinados agentes a elaborarem: projetos educacionais, ocuparem cargos de diretoria, gestão e docência, além de uma gama de produtos culturais, como os livros e manuais escolares (CIGALES, 2015, p. 45).

Para alcançar os objetivos desta investigação, levaremos em consideração que Fernando de Azevedo pertenceu à elite intelectual do campo educacional. No período

analisado, esse campo estava constituído.

Devemos salientar que o campo educacional está imbricado pelas disputas que ocorrem nos outros campos (cultural, científico e político). O campo político determina as leis que irão regulamentar as atividades escolares, currículo, programas etc. O campo científico concede os saberes escolhidos para integrar as obras. O campo cultural oferece validação cultural, que é produzida por um determinado grupo que tem a intenção de manter o *status quo*. No interior dos campos sociais ocorrem disputas entre os agentes posicionados por capitais simbólicos.

Portanto, nesse período, além dos campos citados, é relevante compreender as dinâmicas do contexto do campo religioso e do subcampo do direito. Sobre o primeiro, foi devido ao fato de, no período analisado, ter ocorrido o embate entre a Sociologia Católica e a Sociologia Cientificista, sendo que Fernando de Azevedo teve importante protagonismo por redigir o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defendia interesses contrários aos dos católicos, como o ensino laico. Nesse sentido, “[...] a Igreja pretendia reconstituir seu poder no campo político, refletindo no campo educacional dado a entrada da sociologia como disciplina obrigatória no ensino secundário a partir dos anos de 1920” (CIGALES, 2019, p. 11).

Esses dois grupos estavam buscando impor um discurso legítimo sobre o mundo social. Ao analisar os manuais, visamos compreender as relações de poder e as disputas constituídas mediante as condições objetivas de produção e reprodução de saberes considerados válidos sobre a realidade social. Portanto, mesmo que Azevedo não estivesse inserido internamente no campo religioso, os embates entre os campos católico e cientificista influenciaram em sua ação.

Já com relação ao subcampo do Direito, entender é fundamental nesse empreendimento, pois o autor é bacharel em Direito e, nesse período, esse curso foi de suma importância para a formação da elite dirigente, fazendo com que determinados agentes tivessem prestígio social e posição de poder na burocracia do Estado brasileiro (ENGERROFF; CIGALES, 2017).

No campo educacional, Azevedo esteve estabelecendo uma relação de aliança ou de confronto com outros agentes que estavam disputando capitais simbólicos valorizados nesse microcosmo social. A identificação dos capitais simbólicos disputados em seu interior é fundamental para entendermos quais eram os agentes, suas posições e a relação que tiveram

com Fernando de Azevedo. A estrutura do campo social não é imutável e os capitais simbólicos valorizados se alteram com o decorrer do tempo, especialmente nos campos em processo de institucionalização, como é o caso do campo educacional. Partindo dessa ideia, buscamos identificar o modo com ocorreram tais alterações e de que forma isso impactou em sua trajetória.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem por objetivo contribuir na compreensão do que levou Fernando de Azevedo a agir como sociólogo, mesmo não sendo formado em Ciências Sociais ou em Sociologia. O recorte temporal da nossa investigação dá-se de 1930, ano que assumiu a coordenação da BN, até 1940, ano da publicação do último manual de Sociologia. Procuramos analisar as práticas, os espaços sociais em que esteve inserido e as relações que manteve para entender suas incorporações sociais.

Esta seção é dividida em duas partes, sendo que na primeira apresentaremos o modo como realizamos a coleta de dados, a sistematização e a organização das fontes. Tais informações serviram para identificar os seguintes aspectos: sua trajetória, as interações, sua inserção na política, educação acadêmica e as práticas sociais repetidas. Na segunda seção mostraremos como os dados serão analisados a partir das contribuições de Pierre Bourdieu.

A fim de coletarmos informações acerca da trajetória de Fernando de Azevedo, buscamos nos jornais disponíveis no acervo digital da HDB, vinculada à BN. Nele foi realizada a averiguação de documentos em dois estados que fizessem referência a Fernando de Azevedo, sendo eles Rio de Janeiro e São Paulo.

Observamos os jornais do estado do Rio de Janeiro por três motivos: a) porque Fernando de Azevedo morou nesse estado quando ocupou o cargo de diretor de Instrução Pública no Distrito Federal; b) porque no período analisado, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil, logo tinha relevância política na época; e c) por concentrar a maior parte dos jornais da época. Além disso, investigamos os periódicos do estado de São Paulo devido a três fatores: a) por ter ali Fernando de Azevedo iniciado a sua trajetória acadêmica, ganhando a partir desse estado relevância no debate educacional; b) por ser considerado o centro cultural e econômico do país; e c) e por, ao lado do Rio de Janeiro, concentrar, na época, a maior parte dos jornais.

O *site* da HDB oferece diversas opções de busca. Portanto, acreditamos que seja necessário para o objetivo deste trabalho demonstrar os caminhos que percorremos para coletarmos os dados da nossa pesquisa. Na sequência, mostraremos como ocorreu essa busca sistematizada no *site*.



**Figura 1** – Página inicial de busca na HDB

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2021).

No endereço eletrônico <http://hndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, representado na Figura 1, temos três opções na parte superior (periódico, período e local) que contribuem para personalizar a busca de acordo com os interesses da pesquisa. O caminho que escolhemos para navegar pelo *site* foi mediante a aba “Período”. Assim, a ferramenta de procura foca no período escolhido, o que oferece a oportunidade de investigar um assunto específico por década. Além disso, essa opção possibilita selecionar os periódicos e seus respectivos estados.

Realizamos a coleta da seguinte maneira: por exemplo, solicitamos que fosse pesquisado o descritor “Fernando de Azevedo” e selecionamos o período “1930-1929” e o local “Rio de Janeiro (RJ)”. Na barra “Periódico”, observamos que no acervo há 164 jornais com o descritor em questão. Ao clicar em “Pesquisar”, é aberta a seguinte página:

**Figura 2** – Lista de ocorrências por periódicos

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Jornal do Brasil (RJ) - 1930 a 1939	98239	550	⊕
Diário de Notícias (RJ) - 1930 a 1939	41882	419	⊕
Diário da Noite (RJ) - 1930 a 1939	45090	335	⊕
Correio da Manhã (RJ) - 1936 a 1939	55657	327	⊕
Jornal do Comércio (RJ) - 1930 a 1939	62505	311	⊕
Diário Carioca (RJ) - 1930 a 1939	41209	267	⊕
O Jornal (RJ) - 1930 a 1939	54381	213	⊕
A Noite (RJ) - 1930 a 1939	69513	142	⊕
Gazeta de Notícias (RJ) - 1930 a 1939	24736	104	⊕
A Batalha (RJ) - 1929 a 1941	20371	97	⊕
O Paiz (RJ) - 1930 a 1934	5549	88	⊕
A Esquerda (RJ) - 1928 a 1931	3035	60	⊕
O Imparcial (RJ) - 1935 a 1939	20861	37	⊕
Jornal dos Sports (RJ) - 1931 a 1952	45181	37	⊕
Educação Physical (RJ) - 1936 a 1952	7149	37	⊕
O Radical (RJ) - 1932 a 1943	27577	34	⊕
A Nação (RJ) - 1933 a 1937	20067	28	⊕
Notícias do Brasil (RJ) - 1934 a 1937	1700	26	⊕

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2021).

A Figura 2 representa os resultados gerais da busca. É possível identificar em vermelho, na parte superior, as seguintes categorias: a) descrição: apresenta o nome do jornal, o estado do periódico e o período analisado; b) páginas: exibe o total de laudas publicadas pelo jornal no período em análise; c) ocorrências: são a quantidade de vezes que o descritor “Fernando de Azevedo” apareceu no conjunto dos jornais. Ao clicar em “Jornal do Brasil”, é apresentada a seguinte tela, destacada na Figura 3.

Figura 3 – Resultado das ocorrências do periódico escolhido

The screenshot displays a digital archive search interface. At the top, the search term "FERNANDO DE AZEVEDO" is entered in a search bar. Below the search bar, there are navigation controls for the search results, including "Página 1 de 2082" and "Mostrar 1 a 20 de 2082 resultados". The main content area shows a list of search results for the selected periodical, "Jornal do Brasil (RJ), 1930 a 1939". The results are organized into columns, with the first column showing the date and page number, and the second column showing the title and author of the document. The selected document is "RELATÓRIO DO CURSO PRIMEIRO DO ANO 1930", dated "16 de Dezembro de 1929", by "O Inspecteur Escolar, A. Azevedo". The text of this document is displayed on the right side of the screen, detailing the curriculum and activities of the first course of the year 1930. The interface also includes a sidebar with navigation options and a footer with the text "Hemeroteca Digital Brasileira".

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2021).

É mostrado o jornal escolhido, o ano e a edição. Além disso, é aberto na página que apresenta a ocorrência do descritor solicitado, no caso “Fernando de Azevedo”. É possível perceber que nesse jornal tivemos 550 ocorrências no período de 1930-1929.

Como indicado por Brasil e Nascimento (2020), o total de ocorrências não corresponde todos os momentos que o descritor aparece no documento, já que a tecnologia utilizada pela plataforma, chamada de “Reconhecimento Óptico de Caracteres” (Optical Character Recognition, OCR), apresenta limitação quanto à qualidade da digitação do jornal, sendo esta normalmente precária. Complementarmente, realizamos uma revisão bibliográfica da seguinte forma: a) realizamos um mapeamento dos artigos publicados acerca da história da Sociologia; b) identificamos nesses artigos quais trataram diretamente de Fernando de Azevedo ou do contexto do campo educacional de sua época; e c) busca por trabalhos sobre a biografia de Azevedo.

Não são todas as situações em que a busca nos leva ao objeto de nosso estudo, pois temos nomes que são homônimos. Assim, para selecionarmos o conteúdo que nos interessa foi realizada uma leitura prévia de cada texto que cita o nome do autor, com a finalidade de verificar se, de fato, a notícia estava relacionada ao descritor escolhido, como exemplo no

caso “Fernando de Azevedo”. Além disso, é necessário salientar que os jornais apresentam, como todo documento, uma concepção política, econômica, cultural e social de acerca de quem produziu (LE GOFF, 1995). Dessa forma, fazem suas interpretações sobre a realidade.

A reconstrução da história a partir de jornais contribui para revelar a circulação das ideias da época. Tendo em vista essas características que compõem os órgãos de imprensa, procuramos identificar os vínculos políticos e ideológicos dos jornais, já que os eventos são selecionados e tratados de acordo com seus interesses (ZICMAN, 1985). Os dados coletados serão fundamentais para traçar as experiências e a inserção social do agente social em questão, procurando entender as incorporações sociais que serão analisadas à luz da teoria disposicionalista.

O acervo da HDB pode contribuir para identificar as ações repetidas pelos agentes sociais, na medida em que é possível verificar as seguintes informações: a condição de classe social, os lugares frequentados e o seu prestígio, os indivíduos que estavam presentes nos eventos, quais foram os agentes com que estabeleceu contato, a influência das interações na sua forma de perceber e apreciar o mundo social, os cargos ocupados por esses agentes e a valorização da sua posição social.

A HDB permite verificar quais relações de aliança ou de confronto foram estabelecidas pela busca de capitais simbólicos valorizados nesse microcosmo social. A identificação dos capitais simbólicos disputados em seu interior é fundamental para entendermos quais eram os agentes, suas posições e relação sociais que tiveram, quais cargos em instituições de prestígio ocupados e as suas respectivas ações, produção de obras, títulos, homenagens, eventos que participou, convites para conceder uma conferência, homenagens recebidas, pessoas com que se relacionou, discussões acerca da realidade social que travou, os textos que escreveu etc.

O acervo da HDB contribui para localizar as seguintes informações visando compreender o campo político: os cargos que o agente social ocupou e as instituições em que esteve vinculado. Nesse sentido, é importante estar atento ao prestígio da instituição e à posição ocupada pelo agente, bem como à capacidade de estabelecer relações sociais permanentes, deter tempo, recursos financeiros e ter adquirido o capital cultural.

Mediante o acervo da HDB, é realizável a verificação dos códigos culturais (linguagem, gosto estéticos, habilidades etc.) internalizados por intermédio da transmissão do patrimônio cultural da família, dos demais campos sociais em que esteve inserido e dos

certificados e diplomas considerados legítimos pelas instituições educacionais adquiridos pelo autor. Tais informações são fundamentais para entender a inserção social do autor, que é um aspecto relevante na Teoria Disposicionalista desenvolvida por Bourdieu.

Salientamos que o nosso objeto de estudo (Fernando de Azevedo) não é formado em Ciências Sociais/Sociologia, ou seja, não incorporou enquanto estudante experiências anteriores no *locus* acadêmico voltado a essa área do conhecimento, mas ainda assim adquiriu senso prático de sociólogo. Portanto, para entendermos a produção desse senso prático é necessário: a) reconstituir sua trajetória, assim buscando desvelar a sua produção do senso prático sociológico; b) identificar e compreender os campos sociais (e demais espaços sociais) em que esteve inserido, os capitais simbólicos adquiridos e a sua disposição no interior desses campos; c) verificar quais foram os principais interlocutores de Fernando de Azevedo que contribuíram com o processo de construção do seu senso prático sociológico; d) entender em que medida os embates travados no campo educacional, os quais postulavam um discurso legítimo sobre o mundo social, reverberaram nas obras. Tais ações que propomos estão imbricadas, sendo apresentadas em separado apenas para fins didáticos de exposição.

Procurando, a partir das contribuições de Bourdieu, superar o dilema da díade indivíduo-sociedade, é condição *sine quo non*, além de compreendermos os aspectos macro da lógica de funcionamento dos campos, analisar as relações sociais estabelecidas por Fernando de Azevedo.

#### 4 FERNANDO DE AZEVEDO: TRAJETÓRIA CONTEXTUALIZADA

Neste capítulo evidenciamos a trajetória familiar e escolar de Fernando de Azevedo, a partir de seu contexto político. Realizamos um detalhamento do campo político, principalmente do governo Vargas com o Estado Novo, acerca do qual o estudo se localiza. Exploramos como a modernização brasileira refletiu na construção do *habitus* sociológico de Azevedo. Partimos do pressuposto de que havia um contexto objetivo que permitia o agenciamento de Fernando de Azevedo com relação à sua prática sociológica.

O mineiro Fernando de Azevedo nasceu em 2 de abril de 1894, em São Gonçalo do Sapucaí/MG. Residiu em sua infância em Cambuquira/MG. No ano 1903, estudou no curso ginásial no Colégio Anchieta de Nova Friburgo/RJ. Essa instituição era um internato de meninos, que tinha em seu comando padres jesuítas (ABREU, 2001). Azevedo incorporou disposição religiosa, que acabou lhe propiciando a vontade de se tornar jesuíta. Quando estava perto de concluir o ginásial no Colégio Anchieta, ingressou na Companhia de Jesus, no sul de Minas Gerais. Portanto, o *habitus* advindo e constituído no seio de sua família imbrica-se, soma-se ao *habitus* escolar constituído nessas instituições para atuação no mundo religioso. Contudo, houve uma ruptura no *habitus* de Azevedo e tempos mais tarde resolveu abandonar a carreira religiosa.

Azevedo descobriu a sua vocação para o magistério quando atuou como professor substituto (FAVORETO; GALTER, 2006). Era destacado para substituir professores em seus impedimentos, reger essa ou aquela cadeira para a qual faltavam [...]” (AZEVEDO, 1971, p. 27). Para fazer Direito em 1914, Fernando foi morar no Rio de Janeiro. Entretanto, permaneceu pouco tempo em solos cariocas, já que foi nomeado para as cadeiras de Latim e de Psicologia do Ginásio do Estado de Minas Gerais. Posteriormente, em 1917, lecionou Latim e Literatura na Escola Normal de São Paulo (CASTRO, 1994).

Vale ressaltar que Fernando de Azevedo é oriundo de classe dominante tradicional do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Constituiu também, no decorrer de sua trajetória, relações sociais em São Paulo, sobretudo devido ao seu casamento com Elisa Assunção do Amarante Cruz (1895-1979). Esse agente social transitou pela região Sudeste, considerada o centro político, econômico e cultural do Brasil. Apesar disso, Azevedo esteve no início de sua trajetória distante dos quadros das elites econômicas.

Segundo Miceli (1979), Fernando de Azevedo pertence ao grupo dos “primos pobres”:

As famílias dos ‘primos pobres’ encontravam-se relativamente afastadas, tanto social como geograficamente, da fração política e intelectual da classe dirigente a que pertenciam seus contemporâneos do movimento modernista, os ‘homens sem profissão’. Os ‘primos pobres’ cresceram e foram educados em cidades do interior e só vieram para a capital ao final da adolescência. Não dispoem das vantagens resultantes de posições privilegiadas no espaço da linhagem e da fratria, ao que muitas vezes vem se aliar a presença de estigmas, esses futuros intelectuais encontram-se praticamente impossibilitados de acionar a seu favor as últimas reservas familiares do capital de relações sociais a exemplo do que puderam fazer seus irmãos mais velhos. E mesmo quando o fazem em alguma medida, o ‘atraso’ relativo de seus investimentos escolares acarreta dividendos sensivelmente mais baixos (MICELI, 1979, p. 27).

Como visto, os primos pobres são caracterizados como indivíduos com origem social familiar tradicional, mas que passam por crises econômicas durante a Primeira República. Em geral, são famílias dotadas de capitais culturais e sem capitais econômicos. Mobilizam esses capitais culturais visando proporcionar aos seus filhos ganhos em capitais econômicos ou políticos. Os agente sociais que fazem parte desse grupo social estão “[...] propensos a investir nas áreas e gêneros mais arriscados da produção intelectual (o romance social e/ou introspectivo, as ciências sociais, etc.)” (MICELI, 1979, p. 21). Já os herdeiros se direcionavam para realização de “[...] trabalho intelectual mais rentáveis e gratificações no campo de poder (pensamento político, arrazoados e pareceres jurídicos, etc.)” (MICELI, 1979, p. 21). Portanto, os “primos pobres” visam alcançar melhores condições profissionais, já os herdeiros buscam reproduzir as posições de suas famílias.

Devemos considerar que as disposições dos agentes sociais estão de acordo com o histórico da família. Nesse sentido, Nascimento (2012, p. 84) postula que a origem social de Fernando de Azevedo o tenha influenciado “[...] a defender a noção de mérito e valorizar o capital cultural dos atores sociais que deveriam conduzir os rumos políticos do país”.

As condições estruturais também possibilitaram que Azevedo defendesse tais valores disruptivos na medida em que os anos de 1920, 1930 e 1940 foram marcados por intensas transformações políticas e sociais no Brasil. Na economia, a crise na exportação dos produtos agrícolas, a intensificação do processo de industrialização e a urbanização. Além disso, o Estado brasileiro aumenta a intervenção na economia. No âmbito social, tivemos a ampliação da classe operária, da burguesia industrial, profissionais técnicos e com ensino superior e burocratas que trabalham no Estado. Na política, tivemos a consolidação de partidos

políticos, revoltas militares e o declínio do poder da oligarquia agrária. Por fim, na cultura, tivemos a criação de universidades e a expansão do mercado editorial e de instituições promotoras de cultura.

A era Vargas ficou marcada pelo processo de construção do novo homem brasileiro, que teria que incorporar as disposições alicerçadas nos fundamentos da modernidade, morais e cívicos na nacionalidade. O conjunto de valores que norteou as ações do governo foi o autoritarismo, a modernidade, o republicanismo, o autoritarismo, o fascismo, o populismo, o paternalismo e o trabalhismo (FONSECA, 1989). O nacionalismo é um aspecto importante para compreender esse período, pois baseado em tais valores, Vargas construiu um Estado-Nação autônomo, que pretendia não se subordinar aos interesses de outros países.

Cabe destacar que a economia brasileira antes de Vargas estava direcionada para a exportação de matéria-prima ao mercado externo. Na “divisão internacional do trabalho”, o Brasil se insere como periférico no capitalismo mundial. A estrutura da sociedade estava organizada para atender aos interesses das oligarquias agrárias cafeeira de São Paulo e de Minas Gerais, que supriam as necessidades dos capitalistas europeus.

A partir do século XX a estrutura social brasileira, então agrária, foi transformada em uma sociedade urbana-industrial, quando o país passou por um intenso processo de industrialização e expansão do mercado interno. Vale ressaltar que o mundo estava vivendo as tensões da Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1929. Assim, o mercado nacional ganha importância, já que as crises internacionais afetavam a exportação de mercadorias.

Segundo Fonseca (2014), o governo Vargas era nacional-desenvolvimentista. Possuía um projeto nacional baseado na intervenção estatal consciente, visando à industrialização do país. A ingerência estatal possui respaldo da sociedade civil e da classe política, sendo que a industrialização é vislumbrada como uma forma de atingir o processo de acumulação do capital, intensificando a produção de mercadorias. Os preceitos positivistas de Comte e St. Simon também influenciaram a concepção de Estado nesse período. A noção amplamente difundida era de “conservar, melhorando”, denotando as ideias de superação e progresso, bem como a necessidade de construir um caminho para o desenvolvimento. Nesse sentido, o Estado buscava atender às necessidades sociais intervindo na economia, para eliminar as barreiras que prejudicavam o progresso social.

Além disso, o Governo Vargas foi marcado pelo autoritarismo, que é resultado tanto

de fatores externos quanto internos. Segundo Fausto (2001), os valores do liberalismo estavam em crise no período entre guerras, o que resultou na intensificação da “[...] defesa da ordem autoritária, a repulsa ao individualismo, o apego às tradições e o papel relevante do Estado na organização da sociedade” (FAUSTO, 2001, p. 15).

Assim, o governo Vargas tinha, de um lado, um caráter autoritário/conservador à medida que violentamente utilizava o poder do Estado para perseguir os seus opositores. Do outro lado, buscava realizar a transformação da estrutura econômica brasileira, com ações voltadas para o desenvolvimento industrial do país. O Estado Novo tinha contradições em sua forma de orientar as ações que versavam pelo autoritarismo/conservadorismo e progressismo/vanguardismo.

Os homens do regime encarecem, censuram, em alguns casos torturam, promovem e também enquadram os sindicatos, assim como promovem o desenvolvimento econômico e os melhores nomes da cultura da época. Comparado com o nazismo, o Estado Novo tem uma política no campo estético que nada tem a ver com aquele. Enquanto o nazismo acaba com a chamada arte degenerada, o regime estado-novista convoca – tratando de cooptar, por certo – a vanguarda modernista, que representa um ponto alto e muitas vezes irreverente da cultura do país (FAUSTO, 2001, p. 20).

O contexto em análise era marcado por um número elevado de analfabetos. Portanto, a elite intelectual assumia a responsabilidade de falar por aqueles desprovidos de capital cultural. Os intelectuais que possuíam esse reconhecimento social na época direcionavam os rumos que o país iria percorrer. Foi somente na década 1930 que essa fração da sociedade brasileira teve a oportunidade de orientar a *performance* do Estado, alicerçada nas concepções de unidade, organização e ordem. Representavam a sociedade civil como caótica, dispersa e amórfica.

Uma solução para os problemas nacionais convergentes trazida pelos intelectuais dos anos 1930 era a necessidade de concentração do poder no Estado. Assim surge o Estado Novo, que tem em sua característica o poder máximo na organização social (LAMOUNIER, 1971). O Estado passa a ser visto como o *locus* da nacionalidade brasileira, que teria a responsabilidade de construir o senso de nacionalismo nas gerações.

No Estado Novo o intelectual responde à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma ideia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação deste grupo da torre de marfim para a arena política –, permanecendo o seu papel de vanguarda social. O



trabalho do intelectual agora engajado nos domínios do Estado deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político (VELLOSO, 1987, p. 11).

Os intelectuais tiveram uma atuação determinante na organização político-ideológico do regime, na medida em que contribuíram com a propagação dos valores do regime. Nesse sentido, utilizando do prestígio social de serem dotados de capital cultural, os intelectuais visavam educar os brasileiros de acordo com as ideias do regime.

Com isso, os intelectuais deixam de assumir uma posição de crítica ao governo para serem colaboradores do projeto de nação. Nesse contexto, a sociedade seria vista de forma inferiorizada, como sendo imatura. Já a elite intelectual seria dotada da capacidade de pensar a realidade brasileira e, sobretudo, indicar caminhos para o novo tempo. Nesse sentido, Fernando de Azevedo, inserido no campo intelectual, atuou de acordo com esse propósito.

Em suma, vimos que a herança familiar contribuiu para a construção da disposição de Fernando de Azevedo na vida adulta. À medida que teve que buscar estratégias de distinção social, por meio da obtenção de capital educacional para conseguir ter destaque no campo educacional, inclusive acumulando capitais simbólicos que lhe conferiram autoridade pedagógica para impor sua visão de mundo, em um país que estava passando por transformações políticas e sociais, Azevedo, como membro da elite intelectual brasileira, foi um importante agente social na fundamentação das ideias desse novo Brasil moderno.

## **5 FERNANDO DE AZEVEDO: FUNDADOR, COORDENADOR EDITORIAL E AUTOR**

Neste capítulo evidenciamos parte do senso prático de Fernando de Azevedo, mais precisamente o que estamos denominando de “senso prático sociológico”. Devemos considerar que segundo Piletti (1994), Azevedo, no decorrer de sua vida, participou de forma ativa em várias esferas da vida social (Educação Física, nos estudos de Literatura, da língua latina e da Psicologia). Com o objetivo de delimitar a análise, exploraremos as ações do autor-sociólogo, sendo elas: a) a atuação na fundação do primeiro curso de Ciências Sociais destinado à formação de professor, na USP, em 1934; b) como coordenador editorial da coleção na BN. Tais aspectos da trajetória de Fernando de Azevedo serão fundamentais para o intuito desta investigação.

Salientamos que tais ações realizadas por Fernando de Azevedo são produtos das disputas do campo educacional, que possuem profunda relação com os campos cultural, político e científico, sendo “[...] que são importantes para compreendermos o surgimento da sociologia no Brasil, pois é a partir deles que se constitui o campo educacional em que a sociologia se apresentará e se fortalecerá enquanto conhecimento científico e educacional” (CIGALES, 2019, p. 43).

Vale ressaltar que nesse período o “[...] processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil relaciona-se diretamente com as mudanças vivenciadas no campo educacional, tanto na hoje denominada Educação Básica quanto no Ensino Superior” (OLIVEIRA; CIGALES; ENGERROFF, 2020, p. 5). Ou seja, as Ciências Sociais possuíram pouca autonomia, sendo impossível a sua separação do campo educacional. Diante disso, Bourdieu (2004), ao tratar sobre a autonomia dos campos científicos, aponta que quanto maior for a influência externa, menor será a autonomia do campo.

Ainda que Miceli (1989) argumente que, em São Paulo, havia maior autonomia em relação ao Rio de Janeiro, considerando a maior distância quanto ao campo político, isso não quer dizer que a autonomia com relação ao campo educacional se dava nos mesmos termos. Apenas nas décadas seguintes, com as primeiras gerações de cientistas sociais profissionais e o desenvolvimento de pesquisas de maior envergadura, que passaram a ocorrer entre as décadas de 1940 e 1950, intensificando-se ao final da década de 1960, é que podemos observar maior autonomia por parte das Ciências Sociais com relação ao campo educacional (OLIVEIRA; CIGALES; ENGERROFF, 2020).

## 5.1 FERNANDO DE AZEVEDO: O FUNDADOR DO PRIMEIRO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DESTINADO À FORMAÇÃO DE PROFESSOR

Fernando de Azevedo, por meio de diversas estratégias de investimento, desenvolveu reflexões e ações acerca das mazelas educacionais do Brasil. Foi um agente social que atuou de forma intensa no campo político ao lado de outros intelectuais que compunham o movimento Escola Nova, que buscava renovar a educação baseada nos valores democráticos e modernos.

O *habitus* Azevedo se constituiu como um sistema de repertórios de modos de pensar a ciência como uma ferramenta fundamental para o progresso do Brasil. Contudo, o desenvolvimento científico estava atrasado no país em comparação com a produção literária, que desde o período colonial teve diversas escolas literárias que se desenvolveram, sendo elas Arcadismo, Barroco, Quinhentismo e Romantismo (TOTTI, 2009). Por outro lado, o progresso da ciência no país iniciou em passos lentos a partir do século XIX, todavia de forma voluntarista, sem um caráter institucional. “Durante todo o período colonial, a manifestação de estudos e pesquisa se deu em casos isolados, por iniciativa de estrangeiros, como no período holandês, onde se abre uma exceção em nossa história com o governo de Maurício de Nassau” (TOTTI, 2009, p. 66).

É destacado que as causas desse atraso são os “[...] fatores políticos, econômicos e culturais que contribuíram poderosamente para criar uma atmosfera social por muito tempo desfavorável à cultura científica” (AZEVEDO, 1963, p. 368). Isto é, resultado da política educacional realizada por Portugal, que tinha uma característica de pouca abertura para as revoluções científicas efetuadas por cientistas como Newton e Descartes na Europa. Portanto, essa ação política produziu no Brasil “[...] uma atmosfera cultural, saturada de formas livrescas e dogmáticas e de controvérsias inspiradas pelo velho espírito escolástico, se acrescentarem a política de isolamento adotado por Portugal em relação à Colônia” (AZEVEDO, 1963, p. 372).

Esse panorama se manteve no Brasil até os anos 1930, quando tivemos um desenvolvimento da profissionalização da pesquisa no país. Azevedo (1932) aponta que as produções realizadas antes de 1930 como sendo pré-científicas, contudo, não deveriam ser desconsideradas, já que possuíam um conjunto importante de informação e descrição da realidade brasileira. Vale ressaltar que “[...] um dos critérios de Azevedo ao estabelecer essas obras como pré-científicas é o fato de muitas delas terem como seus autores os próprios

sujeitos da história, ou seja, sujeitos que não escreviam, mas faziam história” (TOTTI, 2009, p. 68).

Baseado em uma concepção durkheimiana de fazer ciência, Azevedo postulava que as produções realizadas naquele período não tratavam a observação de forma objetiva e faltava um afastamento do observador com aquilo que se pretendia estudar. Logo, a representação da realidade social no período considerado como “pré-científico” possui a característica de ser parcial, segmentada e com pouca sustentação no real (TOTTI, 2009).

Fernando de Azevedo agiu mediante a realidade social em que estava inserido. Ou seja, esse agente social buscava consolidar uma nova forma de construir conhecimento científico. O fato de postular que o conhecimento produzido anteriormente era “pré-científico” é uma maneira de demarcar a distinção do velho com o novo. Esse novo é considerado como melhor em comparação ao passado. Essa situação ocorre devido à posição ocupada por Azevedo, que possui interesse em valorizar a sua empreitada que era consolidar uma nova forma de produzir ciência no país. Com isso, realizava uma estratégia de subversão do *status quo*.

Fernando de Azevedo nesse período já possuía o prestígio de uma autoridade científica reconhecida pelos outros membros do campo. Nesse sentido, o fato de enfatizar que determinadas obras deveriam ser consideradas “pré-científicas” se relaciona com o lugar de destaque que ocupava no campo educacional. Utilizou do seu poder simbólico para enaltecer de forma arbitrária aquilo que era considerado ciência.

O começo do processo de institucionalização da Sociologia em nível superior ocorreu a partir dos anos 1930, estando relacionado à Revolução de 1930, que transformou de forma acentuada a sociedade brasileira, reconfigurando as relações de poder em vários campos sociais (HALLEWELL, 2005). Na economia, o fim da escravidão e da exportação de produtos, que garantiam a sustentação da República Velha. No âmbito político, a República Velha definhou à medida que a elite do café perdeu espaço para a classe média urbana, que estava emergindo. Na área cultural, passou a valorizar aquilo que era produzido no Brasil. Nesse período, o campo educacional passou por alterações no ensino superior, as universidades tiveram um novo estatuto inspiradas no ideário da modernidade.

Cabe ressaltar que o reconhecimento da Ciências Sociais não está apenas atrelado à academia. Assim, os procedimentos teórico-metodológicos da Sociologia eram valorizados para o processo de modernização do país na medida em que ofereceria

conhecimento aprofundado acerca da realidade social possibilitando a tomada de decisões por parte da elite dirigente de forma científica (ALMEIDA, 1989). Ou seja, o saber sociológico seria fundamental para a formação das novas elites, que teriam a tarefa de construção política de uma nação moderna. Além disso, com a Reforma Campos (1931) a Sociologia usufruía de prestígio como formação básica dos cidadãos, na escola secundária.

Com o objetivo de mudar o quadro científico do país, a universidade é vista como *locus* propício para a formação de uma elite intelectual moderna:

O conceito de elite, nunca abandonado pelo sociólogo educador, vincula-se tanto à importância das universidades, como fator catalítico no processo de transformação da sociedade brasileira, quanto à discussão sobre a possibilidade de sua vinculação com as massas. À primeira porque a universidade, peça essencial no mecanismo das instituições democráticas, deve formar essa elite e à segunda porque, sem uma ligação orgânica com as aspirações populares, as elites se esterilizam e perdem sua razão de ser (PENNA, 2010, p. 68).

Esse contexto em que Azevedo (1932, p. 64) foi favorável à universidade pública “que nos dará os meios de combater a facilidade de tudo admitir; o *scepticismo* de nada escolher nem julgar; a falta de crítica, por falta de espírito de *synthese*; a indiferença ou a neutralidade no terreno das ideias. “Assim, essa instituição moderna teria a função de contribuir com a formação crítica da cultura da época a partir da produção do saber científico.

Podemos analisar que a construção da universidade adquire uma sensível importância para a institucionalização do campo intelectual brasileiro à medida que se constitui como um espaço cultural concebido pelo espírito da circulação e criação de ideias. Além disso, oferece para a *intelligentsia* um *locus* que possibilita o sentimento de pertencimento social (ALMEIDA, 1989).

O movimento de criação das universidades contava com o apoio dos intelectuais de matizes ideológicos socialistas, liberais, católicos, democráticos ou autoritários. Apesar de existirem diferenças acerca do modelo de universidade que seria implementado, esses intelectuais ocuparam cargos de prestígio na burocracia estatal e tinham capacidade de convencimento para argumentar acerca da necessidade da criação de um espaço de produção de conhecimento no âmbito acadêmico. Algumas instituições criadas por intelectuais, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1916, e a ABE, em 1924, capitanearam o movimento. “A instituição paulista foi percebida, pelas elites locais, como parte de um projeto de redenção política através da afirmação da hegemonia cultural paulista”

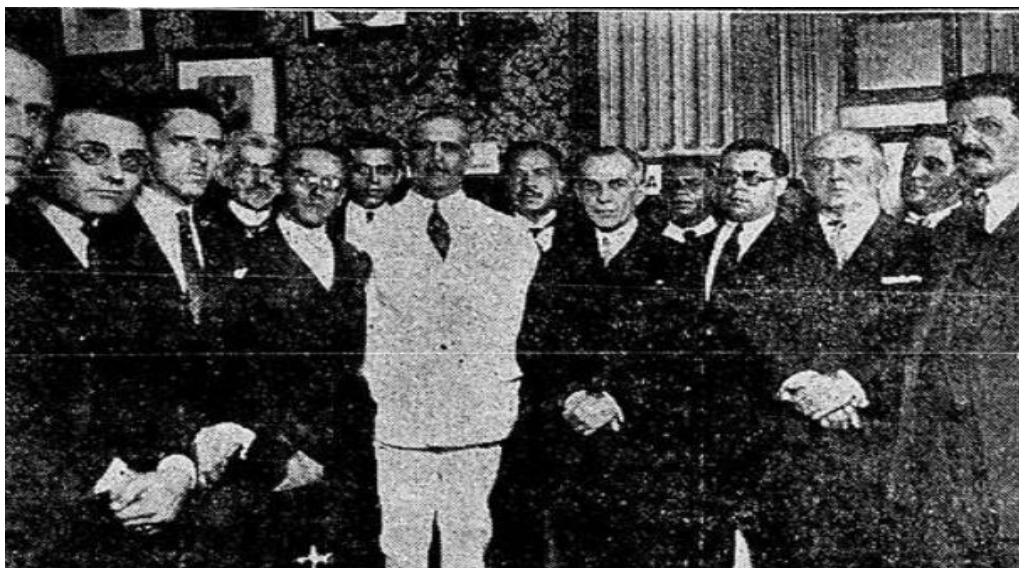
(ALMEIDA, 1989, p. 197).

Salmeron (1999) aponta que para ocorrer a consolidação da pesquisa eram necessárias condições estruturais, tais como: universidades, investimento em pesquisa, intelectuais dotados de capacidades técnicas e de métodos para produzir conhecimento. Contudo, o país não tinha uma cultura universitária e isso impossibilitava o desenvolvimento científico. O cenário começou a mudar na década de 1930 com a criação da USP, uma instituição que fosse um modelo de universidade voltada para a pesquisa.

Fernando de Azevedo teve um papel fundamental no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil. Nessa época, ele tinha acumulado o capital educacional, que o legitimava esse agente social a atuar no campo educacional. Com a finalidade de compreender o seu papel, é necessário identificar a sua participação na criação do curso de Ciências Sociais na USP, em 1934.

A luta em defesa da abertura da universidade pública iniciou na década de 1920. É importante salientar um marco que foi o Inquérito de 1927, redigido por Fernando de Azevedo, encomendado pelo seu amigo e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho (1892-1969). Nesse momento Azevedo teve o seu contato inicial com o capital cultural sociológico, que foi incorporado em seu corpo. A Sociologia de Émile Durkheim foi apropriada, oferecendo-lhe fundamentação empírica para verificar os problemas educacionais. Azevedo buscou resolver essas mazelas anos mais tarde, quando assumiu a direção da Instrução Pública no Estado de São Paulo, em 1933.

**Figura 4** – A posse do professor Fernando de Azevedo, diretor de Instrução (1933)



**Fonte:** O Jornal (RJ) (18 jan. 1927, p. 5).

Sob sua direção foi elaborado o Código de Educação, que visava proporcionar a formação de professores no ensino superior. Nesse sentido, a criação do Instituto de Educação (IEUSP), vinculado à USP, é a efetivação do documento. Como visto, Azevedo mobilizou seu capital educacional em redes de relações duráveis com o intuito de executar seu projeto educacional. Assim, mediante o seu prestígio, tornou-se um expoente fundamental no processo de modernização da educação brasileira.

A Universidade assume uma função estratégica de ser um *locus* de produção de um novo tipo de conhecimento a ser desenvolvido. Ou seja, a construção dessa instituição que vinha sendo defendida por Fernando de Azevedo desde os anos 1920 contribuiu diretamente para a consolidação desse novo espaço que movimentaria a institucionalização do campo acadêmico brasileiro, sendo Azevedo, devido ao motivo de ter ocupado cargos de prestígio em outras instituições educacionais, um dos responsáveis por auxiliar na concepção de sua estrutura.

Em 1933, quando ocupou o cargo de diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo, Azevedo fundou e foi único professor de Sociologia educacional do IEUSP, instituição vinculada à USP que tinha a pretensão de realizar a formação docente, além disso promover pesquisas com viés científico buscando entender a educação (EVANGELISTA, 1997). Além de ter sido fundador da instituição, Fernando de Azevedo foi diretor e catedrático da disciplina nomeada como Sociologia Educacional (NASCIMENTO, 2012). Nesse período, Azevedo já tinha acumulado capital social, que possibilitou o reconhecimento e a legitimidade de sua ação.

Segundo Nascimento (2012), o IEUSP teve uma função relevante no processo de institucionalização da Sociologia, na medida em que o curso de formação de docentes tinha como referência o conhecimento sociológico. Diante disso, o senso prático sociológico de Azevedo, por meio de estratégias de legitimação no campo, influenciou para que o saber sociológico fosse utilizado como base para a formação de professores, que resultou no aumento da demanda por obras com conteúdo da Sociologia. Portanto, a demanda por livros voltados à área cresceu.

A estratégia de ação do Azevedo contribuiu para que a demanda fosse suprida quando foi editor da Cia. Editora Nacional, entre os anos de 1931 até 1946. Concomitantemente, com o fomento maior em pesquisa, tivemos pesquisadores que se dedicaram a tratar dos problemas educacionais, operacionalizando as metodologias e teorias da Sociologia (MEUCCI, 2000).

Como visto, o senso prático sociológico de Azevedo contribuiu no processo de institucionalização do campo acadêmico e da própria Sociologia. Nesse sentido, não devemos perder de vista que o fato de ter sido um protagonista na criação desse novo lugar de produção de conhecimento não ocorreu de forma aleatória ou casual, mas à medida que ele ocupou diversos cargos de gestão educacional anteriormente e possuía autoridade e legitimidade para, inclusive, redigir as regras da universidade, as quais seriam jogadas por outros agentes. Como visto, o *habitus* sociológico de Azevedo é oriundo da construção contínua, produto dos diversos cargos que ocupou e das relações dentro dos campos sociais que transitou.

Azevedo defendia a ideia “[...] de integração da instituição universitária, com ultrapassagem da mera formação especializada e profissional, através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (PAULA, 2002, p. 4). O pensador advertiu que as escolas profissionais existentes na época apenas disseminavam o conhecimento que tinha a finalidade de ser utilizado instantaneamente. Em sua concepção, a educação superior deveria visar uma formação geral e humanista, de maneira oposta a uma qualificação voltada somente à profissionalização. Para isso, a condição *sine qua non* era a produção do “[...] saber livre e desinteressado, capaz de contribuir para o progresso da nacionalidade em formação e para o enriquecimento da educação [...] A FFCL seria o local onde se desenvolveram os estudos de cultura livre e desinteressada” (PAULA, 2002, p. 4).

Segundo Azevedo (1971, p. 121), a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passaria a ser como era lógico, o núcleo fundamental, pelas suas raízes e ramificações, no sistema universitário”. Essa instituição teria a função de formar os profissionais de todas as áreas (PAULA, 2002). Portanto, uma instituição dotada de organicidade é indispensável para se atingir a totalidade universitária. “Esta faculdade é concebida pelos fundadores da USP como órgão fundamental para a constituição da nacionalidade” (PAULA, 2002, p. 3).

O conhecimento das Ciências Sociais seria relevante, visto que como “[...] a base objetiva para as transformações que urgia efetuar; somente o conhecimento da sociedade, adquirido por meio de investigações específicas, poderia construir fundamentos para as transformações educacionais indispensáveis” (QUEIROZ, 1994, p. 2). Esse conjunto de disposições duráveis incorporado por Azevedo orientou a vislumbrar um tipo de conhecimento sociológico que fosse útil a resolver problemas estruturais do país. Assim, para Fernando de Azevedo, a Sociologia assume a importância de entender o Brasil, “[...] suas contradições, suas boas e más qualidades; tal conhecimento permitiria a reformulação das



escolas nacionais, que, por sua vez, agiriam como alavancas das modificações da estrutura e da dinâmica da sociedade nacional “(QUEIROZ,1994, p. 5).

Nesse contexto, a fundação do departamento de Ciências Sociais deve ser vista como “[...] o coroamento de tudo quanto vinha advogando desde o início da década de 1920” (QUEIROZ, 1994, p. 2). Existiam resistências à criação da USP, sendo que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Era a mais visada pelas escolas superiores de formação profissional. Por duas vezes estêve ameaçada de ser extinta, como foi a faculdade de Educação criada em 1933, incorporada á universidade em 1934, e liquidada em 1937, no governo de Ademar de Barros, por força da conspiração de rancorosos inimigos, apoiados pela cumplicidade de um secretário irresponsável, que então respondia pelo expediente de Secretário de Educação [...] Mas, apesar de todãs as investidas contra a nossa Faculdade – e algumas que puseram em perigo sua sobrevivência, ela viveu quase um quarto de século, ou os seus vintes e cinco primeiros anos, de 1934 até 1959, sempre sob ameaças, mas na plenitude de sua força criadora e renovadora, dentro do sistema universitário (AZEVEDO, 1971,p. 121-123).

O projeto educacional de criação da USP recebia o apoio da elite paulista, contudo a burocracia estatal federal tinha uma relação próxima de líderes da intelectualidade católica, como Alceu Amoroso Lima, que vislumbrava o modelo uspiano contrastante com aquilo que defendiam. Logo, quando Azevedo destaca os ataques sofridos está remetendo a disputas entre os educadores católicos e os renovadores da educação que objetivavam o exercício legítimo para escolher o modelo de educação superior que seria adotado no país.

Segundo Cigales (2019), nesse período existia uma disputa simbólica entre dois grupos pelo reconhecimento intelectual e político entre os agentes que postulavam o modo como se daria a modernização do país. De um lado, os intelectuais católicos (Alceu Amoroso Lima, Jonathas Serrano) e, de outro, signatários do Manifesto dos Piores de 1932 (Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, entre outros).

O Manifesto dos Pioneiros de 1932 foi redigido por Azevedo. Foi destacado pelo *O jornal* como “[...] um plano de organização do nosso aparelho educativo dentro das mais altas finalidades sociológicas”(O JORNAL, 1932, p. 5). Ainda sobre o manifesto, o jornal *Correio Paulistano* aponta que Fernando de Azevedo revolucionou a educação (CORREIO PAULISTANO, 1937, p. 9). Podemos identificar nos periódicos o prestígio de Azevedo, que legitimava esse agente social a atuar no campo educacional, à medida que acumulava capital educacional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) é resultado da solicitação do

governo Getúlio Vargas à ABE, para que fosse produzido um documento que oferecesse base para um modelo de políticas educacionais nacionais. Os intelectuais laicos orientaram um tipo de educação que se contrapunha a outro modelo, o católico. Em comum, o diagnóstico que as mazelas educacionais prejudicavam o desenvolvimento cultural, político e econômico do Brasil. Para alcançar um progresso, a educação era vista como um meio para atingir esse objetivo. Todavia, cada um dos grupos possuía um modelo educacional diferente.

Os católicos estavam insatisfeitos desde a implantação da primeira Constituição da República em 1889, pois perderam influência de decisão no Estado, já que o regime republicano era alicerçado pelo princípio de separação do poder da Igreja e do Estado. O contra-ataque da instituição religiosa foi o incentivo de produção de jornais, folhetins, coleções e escolas visando difundir os valores da Igreja (CIGALES, 2019). Por outro lado, os renovadores defendiam que a educação deveria ser controlada pelo Estado, não ter interferência da religião e ser gratuita (BOTTO, 2019). Os intelectuais católicos postulavam que a modernidade não deveria se contrapor à moral cristã, portanto, defendiam que os valores de família, composta por homem e mulher, necessitam ser preservados para manter a base da sociedade brasileira (PENNA, 2010).

Ademais, outras lutas simbólicas estavam sendo realizadas em decorrência da expansão do campo intelectual. Com isso, tivemos a desvalorização de certos grupos que outrora tinham um lugar de prestígio. Até o final da República Velha, a Faculdade de Direito era o *locus* de maior relevância no campo de produção ideológica. A obtenção de um capital simbólico, como um título de bacharel em Direito, garantia o ingresso à classe dirigente ocupando as mais altas funções política e intelectual. Além disso, era por meio dessa instituição que tínhamos a difusão da produção intelectual (MICELI, 1979).

A partir de 1932, com a expansão do campo intelectual, houve o inflacionamento de diplomas de bacharel em Direito, em corolário da abertura de instituições privadas e públicas. Assim, ocorreu o desequilíbrio entre a oferta de bacharéis e a quantidade de postos disponíveis. Essa desvalorização do título universitário se intensificou devido à expansão de áreas (educadores, cientistas sociais, psicólogos, economistas etc.). Esses profissionais começaram a disputar as mesmas vagas, que antes eram monopolizadas pelos bacharéis em Direito (MICELI, 1979).

Os intelectuais no governo Vargas ocupavam diversas posições políticas no Estado brasileiro. Além disso, os postos de relevância na administração central foram

capturados por profissionais especializados em Administração, Economia e Sociologia, que começaram a ganhar espaço. Devemos levar em consideração essa correspondência entre campo político e campo de produção ideológica. Diante disso, alguns desses intelectuais participaram ativamente do Partido Integralista e de instituições patrocinadas pela Igreja Católica, que tinham a pretensão de retornar ao velho regime (MICELI, 1979).

A contestação ao antigo regime oligárquico republicano se intensificou com as “[...] frações dissidentes que tentaram se organizar através de partidos ‘oposicionistas’, com insurreições lideradas pelos tenentes que contestavam a legitimidade do regime, e com movimentos reivindicativos do trabalhadores” (MICELI, 1979, p. 21). Tendo em vista esse cenário de crise, tivemos o desenvolvimento do campo de produção cultural em São Paulo. Especialmente, com a derrota da oligarquia paulista em 1930, para frações das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Esse movimento de revolta contou com a contribuição dos militares e de outras oligarquias regionais, que estavam dispostos a derrubar os dirigentes paulista do antigo regime. Apesar de terem sido vencidos em 1932, os paulistas, ao longo da década de 1930, buscaram controlar novamente o Estado.

Com relação ao processo de institucionalização do campo de produção, ocorreu uma diferenciação da forma de seleção dos intelectuais na Primeira e na Segunda República. Assim, na Primeira República os intelectuais eram selecionados a partir da mobilização da rede de relações sociais, de acordo com as demandas privadas ou de instituições da classe dominante. Já na Segunda República, o capital social continua exercendo uma influência importante, contudo o capital cultural se transforma em um peso importante de distinção dentro do campo intelectual.

Nesse sentido, o Brasil vivenciou uma mudança: a elite burocrática, que possuía patrimônio financeiro e institucional, financiava a cultura. Assim, as antigas classes dirigentes perdem poder, não sendo as únicas a determinar os rumos do mercado cultural. Portanto, Fernando de Azevedo fazia parte de um grupo vanguardista que buscava constituir no Brasil novos valores e práticas. Todavia, tais propósitos eram confrontados por outros agentes sociais que visavam não perder o seu lugar de domínio na estrutura do campo intelectual. Nesse sentido, a escolha dos agentes para compor o sistema de ensino a partir dos anos 1930 não ocorria em virtude de pertencer às famílias dirigentes, contudo os indivíduos que faziam parte de extratos mais desfavorecidos conseguiram ocupar cargos mediante o acúmulo de capital cultural, ou seja, às custas de vantagens estritamente escolares (MICELI, 1979). Dessa forma, a

tentativa de transformação do país se fez necessário qualificar a elite local. É nesse contexto que se constituiu a relação da influência francesa no âmbito científico, pois os franceses contribuíram para a intensa circulação das ideias do darwinismo, positivismo, evolucionismo e materialismo, em especial durkheimiana na elite intelectual e política brasileira.

Segundo Massi (1989), as missões possuem dois interesses: primeiro, o interesse francês em exercer influência no país; e segundo, a necessidade da elite brasileira em modernizar-se e consolidar a formação de novos quadros. Além disso, os professores oriundos da França que chegaram ao país estavam no início da carreira, ou seja, não tinham uma vasta experiência acadêmica com publicações e títulos.

O contexto social francês era marcado pela ascensão do fascismo, intensa e violenta disputa política. Portanto, o caos social e todas as incertezas francesas eram contrastadas com as novas possibilidades do Brasil para esses novos pesquisadores. Existia na França dois paradigmas sociológicos, ambos influenciados por Émile Durkheim, que orientavam os estudos: o primeiro é o evolucionismo, que dominava desde o século passado, e o segundo também tinha influência durkheimiana, contudo ampliou sua abordagem para outras áreas do conhecimento como a Geografia Humana, a Psicologia Social e a História. Do ponto de vista metodológico, tinha uma intensa diversidade no modo de realizar as pesquisas sociais. “Grandes eruditos, serviam-se de dados coletados por toda a sorte de informantes que submetiam a rigorosa crítica comparativa, para neles basearam suas reflexões” (QUEIROZ, 1990, p. 234).

Na época, os intelectuais oriundos da França acreditavam que a explicação e a interpretação dos fenômenos sociais deveriam ser vistos pela lente sociológica, contudo outros saberes, como os da Geografia Humana, Psicologia Social, Biologia e História, poderiam contribuir com a metodologia da pesquisa, especialmente a coleta de dados (MASSI, 1989).

Segundo Queiroz (1990), apesar de as Ciências Sociais no Brasil não estarem consolidadas quando tivemos as missões francesas universitárias, já existia desde o final do século XIX estudos de Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues e Manoel Bonfim, que contribuíram para a interpretação acerca dos fenômenos sociais no Brasil. Entre eles podemos citar “[...] a descoberta da existência de cultos sincréticos afro-brasileiros, a integração de traços culturais africanos numa civilização que se queria branca e ocidental, a constatação da grande diferença cultural separando as populações urbanas e

habitantes do interior”. Portanto, quando os franceses chegaram ao país, por volta de 1934, já existia uma abundante bibliografia produzida por intelectuais brasileiros que não deveria ser desconsiderada. Além disso, nos 1930 tivemos importantes estudos desenvolvidos por Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Artur Ramos acerca dos problemas socioculturais do país.

Na criação da USP, o corpo docente foi composto majoritariamente por franceses; aos poucos seus alunos foram substituindo. Isso contribuiu para o modelo de ensino na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que estava direcionado às reflexões teóricas “O conhecimento transmitido era adquirido por intermédio da cátedra e das leituras. A inspiração e a reprodução do modelo francês são evidentes” (LIMONGI, 1989, p. 219). Cabe ressaltar que a participação dos estrangeiros na fundação da instituição não ocorreu de forma aleatória.

Essa participação francesa na criação da USP não saiu do nada, mas se situa em continuidade com uma influência cultural antiga (desde a missão artística de Debret no início do século XIX e uma cooperação universitária, intensa desde o começo do século XX, sob a égide do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec l’Amérique latine. Em São Paulo, sucessivamente, a União Escolar Franco-Paulista antes da Primeira Guerra e o Liceu Franco-Paulista nos 1920 foram os frutos dessa cooperação. Laços pessoais formaram-se entre Geoges Dumas (além de Robert Garric, Paul Fouconnet etc.) e Julio de Mesquita Filho (com seu grupo de amigos do jornal *O Estado de S. Paulo*), e com professores das escolas profissionais superiores da cidade (médicos, engenheiros etc.) (PETITJEAN, 1997, p. 260-261).

Nesse sentido, quando a USP foi inaugurada em 1934 a relação entre França e Brasil já estava estabelecida. Essa instituição foi concebida baseada em três pilares: político liberal (formação da elite dirigente do país para comandar o processo de modernização da nação), científico (formação de pesquisadores que conduziram a ciência brasileira) e educativo (com orientação pedagógica oriunda dos países europeus).

Nesse período, os países europeus viviam intensos conflitos que marcaram a Segunda Guerra Mundial. Esse acontecimento histórico contribuiu para a consolidação das missões. À medida que França, Alemanha e Itália não ofereciam ofertas, as autoridades brasileiras faziam propostas para os pesquisadores que vinham ao país. Ou seja, o Brasil naquele período não encontrava concorrência de outras instituições, que eventualmente poderiam ser mais atrativas para esses pesquisadores devido ao conflito armado. Assim, Rocha Lima contratou

inúmeros biólogos, especialmente vindos da Alemanha, e Fernando de Azevedo para as Ciências Sociais e Humanas, oriundos da França (PETITJEAN, 1997).

A escolha dos franceses para integrar o corpo docente da FFCL passou pelo crivo ideológico dos fundadores. Júlio de Mesquita Filho enuncia que:

Nós éramos fundamentalmente liberais em um momento em que o liberalismo tinha desaparecido da Europa [...]. A escolha dos professores era feita para promover a todo custo este liberalismo [...]. Era preciso evitar que as cadeiras pudessem cair nas mãos de adeptos e as colônias italianas faziam pressões muito fortes sobre nós, e queiram impor um quase-monopólio [...] (como compromisso) nós lhes demos uma parte das cadeiras em ciências e demos aos franceses, líderes da democracia liberal, aqueles de que depende diretamente a formação espiritual dos futuros alunos (PETITJEAN, 1997, p. 262).

Além disso, os pesquisadores que chegavam ao país teriam que se comprometer em ficar pelo menos três anos. Outra cláusula do contrato estabelecia a necessidade de dedicação exclusiva ao curso. O conflito armado que ocorreu possibilitou com que muitos pesquisadores não conseguissem retornar para o seu país, ficando com isso mais tempo no Brasil. Tais exigências tinham a finalidade de buscar profissionais que estavam de fato engajados no processo de consolidação do campo científico brasileiro. Nesse sentido, intelectuais como Arbousse-Bastide e Georges Dumas se sentiram instigados a participarem dessa missão para ajudar na implementação da FFCL.

Devemos diferenciar as estratégias por parte das autoridades brasileiras acerca das missões nos anos de 1934, 1935 e 1938. Se na primeira missão em 1934 existia uma sensível rivalidade entre França, Itália e Alemanha, o cenário foi se atenuando com o passar do tempo. Na missão de 1934, a estratégia adotada era persuadir jovens pesquisadores que estivessem dispostos a uma aventura de ir para um país em processo de modernização, no mês seguinte. George Dumas, que foi responsável por essas iniciativas, foi ampliando a sua rede universitária para as missões seguintes, contudo as dificuldades eram notórias em conseguir recrutar jovens que aceitassem ficar ao menos três anos no Brasil e que estivessem engajados a consolidar a ciência brasileira.

Cabe enfatizar que a partir da missão de 1935, cada vez mais era demandado que os intelectuais franceses não viessem para o Brasil, com a finalidade de representar a cultura brasileira, contudo deveriam ajudar no processo de independência intelectual dos nativos.

Arbousse-Bastide aponta que a continuidade da missão francesa foi ameaçada em 1937. O senhor Mesquita se propunha a pedir para o próximo

ano dois novos professores franceses, um em história e um em filosofia. Neste ano, dois professores italiano chegaram, e um italiano é esperado para o próximo ano. O senhor Almeida Prado, diretor da FFCL não deseja pedir nenhum outro professor francês. Somente o senhor Mesquita insistia para que fossem pedidos dois. Numa recente conversa, ele elogiou a disciplina italiana, e me contou sobre suas apreensões em pedir o desdobramento de duas cadeiras francesas, se ele devia temer que a chegada de novos perturbasse a organização de ensino dado pela missão francesa (PETITJEAN, 1997, p. 281).

Nesse sentido, “[...] os professores franceses têm a reputação de serem causa de desordens, enquanto os italianos são considerados um modelo de dedicação e disciplina” (PETITJEAN, 1997, p. 280). A situação fica ainda mais complicada para os franceses quando Mesquita perde influência nas decisões da USP. Assim, ganham força as pressões alemãs e italianas. Além disso, os franceses sofrem cada vez mais oposição política da Igreja e da Frente Popular que exigia a nacionalização de cadeiras e que os professores brasileiros formados fossem responsáveis por conduzir as aulas na instituição. Em contrapartida, os professores alemães estão desvinculados das querelas políticas e os italianos são ligados ao governo de seu país.

As coerções externas acabaram se intensificando em 1938, a partir do resultado do novo regime político de Vargas. Contudo, são menores na USP do que aquelas sentidas na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Apesar disso, os contratos com os professores são concentrados por Capanema, ministro da Educação de Getúlio Vargas. Além disso, houve alterações pedagógicas e na seleção ideal. Em síntese, a fundação do primeiro curso de formação de professores em Ciências Sociais não ocorreu aleatoriamente na trajetória de Fernando de Azevedo. Logo, sua participação ativa no processo de institucionalização do campo científico brasileiro esteve atrelada ao seu projeto de modernização do Brasil, que tinha como pilar a transformação do modelo educacional existente como sendo a grande chave de alteração do *status quo*. Contudo, houve resistências empreendidas por educadores católicos que também visavam consolidar um projeto de educação que se contrapunha àquele defendido por Fernando de Azevedo.

Azevedo acreditava na necessidade da formação de profissionais que tivessem uma visão holística da realidade social. Com isso, ele se afastava de uma concepção de que o conhecimento deveria atender aos interesses meramente profissionais, logo as novas gerações municiadas com o conhecimento sociológico teriam a possibilidade de participar de forma ativa e qualitativa dos assuntos de interesse público da época. Portanto, a criação de um curso

de Sociologia está encadeada com a necessidade de formação de profissionais, que teriam a finalidade de ajudar na preparação dos cidadãos brasileiros aptos a ajudar na construção de um país moderno.

Além disso, visando colocar em prática seu projeto educacional moderno, Azevedo participou de forma ativa no processo de consolidação do mercado editorial brasileiro que dialoga com a necessidade de material didático para o ensino superior. Tal iniciativa associa-se diretamente com a empreitada desse agente social, que era promover a educação como um instrumento de melhoria das condições sociais.

## 5.2 FERNANDO DE AZEVEDO: O COORDENADOR DA COLEÇÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL

Devemos considerar que a prática de Fernando de Azevedo como coordenador editorial da coleção na BN, vinculada à Companhia Editora Nacional, visava contribuir para a divulgação do conhecimento científico. Nesse sentido, o autor não se limitou a realizar contribuições teórica-metodológicas, mas também como um agente social visou fomentar o mercado editorial, capaz de auxiliar a formação de profissionais aptos a intervir na realidade brasileira. Perante o exposto, é salutar destacar que a CIA. Editora Nacional nos anos 1930, era a maior editora do estado de São Paulo e, na década seguinte, tornou-se a maior do país. Ou seja, a CIA era um *locus* que gozava de prestígio social. Essa editora se beneficiou e ampliou a sua oferta de livros a partir da nova conjuntura cultural.

Nota-se que de 1931 a 1932, o número total de exemplares impressos salta de 345.800 para 675.600 (95%). O número de títulos editados passa de 98 para 133 (35%), a tiragem de romances de 177.400 para 357;100 (101%), a tiragem de ensaios de 30.200 para 74.100 (145%), a tiragem de paradidáticos de 14.000 para 30.000 (144%) e, finalmente, a tiragem de livros didáticos de 44.000 para 144.500 (228%), com a participação desse segmento sobre a tiragem total, saltando de 12,72 em 1931 para 21,39 em 1932 (MORAES, 2006, p. 129).

A causa do salto no número de tiragens está relacionada com a crise de 1929. Tornou-se custoso importar livros portugueses e franceses, pois o cenário se agravou com o início da Segunda Guerra Mundial. Assim, a venda de obras originais estrangeiras perde espaço. Portanto, tivemos um aumento da substituição de importados na economia brasileira. Entre 1930 até 1937, a produção industrial brasileira chegou a quase 50% (HALLEWELL, 2005).

O mercado editorial brasileiro foi se desenvolvendo à medida que tivemos êxito



comercial de livros da literatura de ficção. Assim, os recursos ofereceram a base para a infraestrutura da produção de livros, inclusive contratando escritores profissionais (MICELI, 1979). Os autores brasileiros ganham destaque e os editores passaram a traduzir os livros estrangeiros, aumentando com isso a produção interna (MICELI, 1979).

O mercado editorial no Brasil cresceu devido ao processo de urbanização das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e da ampliação das classes médias (MORAES, 2006). Meucci (2000) destaca que o mercado editorial brasileiro na década de 1930 estava em expansão por causa da oferta dos cursos obrigatórios da educação secundária, à medida que os discentes seriam um público-alvo cativo. Com isso, a publicação de obras pedagógicas por parte das principais editoras foi expressivo: “Nacional SP/RJ (26%), Globo, Porto Alegre (11%), Francisco Alves, RJ (65%), Melhoramentos, SP (28%)” (MEUCCI, 2000, p. 12). A taxa de crescimento da produção de livros entre 1930 a 1936 foi mais de 600%. Assim, é possível afirmar que ocorreu uma revolução da indústria editorial do Brasil (HALLEWELL, 2005).

Nesse contexto, Fernando de Azevedo comandou a mais relevante coleção de manuais didáticos do período, a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, vinculada à Editora Nacional. Cabe ressaltar que no momento que Azevedo assume a coordenação, era reconhecido pelos seus pares por sua atuação na educação brasileira. Portanto, esse agente social mobilizou prestígio oriundos de outros espaços sociais para fortalecer a sua prática no mercado editorial. O processo de urbanização e de industrialização localizado no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Porto Alegre criaram as condições necessárias para a produção de bens culturais. Portanto, inúmeras editoras foram fundadas nesses centros urbanos. Para os editores, como Monteiro Lobato, a finalidade da produção desses bens culturais atendia ao interesse de civilizar os brasileiros (PONTES, 1989).

Dentre as razões que possibilitaram a expansão do mercado editorial brasileiro, a primeira diz respeito ao processo de substituição dos importados, ocasionado pela crise mundial de 1929. Antes desse período os produtos culturais eram impressos no exterior, especialmente na França e em Portugal. Além disso, a publicação de livros no Brasil era algo caro, pois não existiam fontes de financiamento, fazendo com que o próprio autor pagasse seu livro, que era distribuído em uma tiragem com poucos exemplares (PONTES, 1989).

Ao lado dos livros literários, os livros didáticos tinham muita demanda e a partir da consolidação do ensino secundário tivemos novos leitores que procuravam os livros didáticos nacionais. À medida que ocorriam reformulações educacionais, esses materiais

didáticos sofreram adequações. “O prestígio, por recobrir a condição primeira de empresários de bens culturais, é um dos meios que os editores dispõem para serem reconhecidos e se reconhecerem como sujeitos destinados a uma missão social de alcance e importância consideráveis” (PONTES, 1989, p. 380).

Os intelectuais da época transitam em esferas culturais distintas (o escritor, o radialista, o pensador, o jornalista etc.). Isso ocorre devido à ausência de campos profissionais claramente delimitados. Portanto, as coleções coordenadas por Azevedo são espaços privilegiados para a veiculação e circulação das ideias da época. Nesse sentido, contribuíram para estruturar o perfil do campo intelectual do período. Os agentes sociais que participavam acumulavam capital educacional.

Fontes de prestígio para os editores que as viabilizaram, lugar de consagração para os autores editados, as coleções são antes de tudo uma porta de entrada para a compreensão do universo intelectual e cultural dos anos 30, 40 e 50. Caracterizam-se pela edição de autores representativos do período e pela reedição de autores nacionais e estrangeiros, especialmente dos viajantes (PONTES, 1989, p. 387).

As coleções não garantiram lucros às editoras. A *Brasiliana*, na década de 1940, passou a dar prejuízo sistemático à Editora Nacional. Apesar disso, a sua continuidade ocorreu devido a subsídios do Governo Federal, que adquiriu 500 exemplares de cada livro pelo Instituto Nacional do Livro. Todavia, mesmo com um cenário de perda financeira, essa coleção segue sendo editada até meados dos anos 1970. A razão disso acontecer está no fato de encontrar um “lucro indireto” que os editores e suas editoras ganham com a publicação. “Lucro” este que pode ser traduzido por meio do trânsito e da distinção que adquirem junto ao meio intelectual, artístico, literário e editorial da época”. Portanto, ser editor não garante dividendos econômicos, contudo pode ser uma fonte de prestígio e *status*, que marca e sinaliza as diferenças entre os editores.

A série Livros Didáticos é não apenas a mais fundamental como deve servir de referência para todas as outras. E para viabilizá-las, diretor e editor lançam mão de uma iniciativa até então inédita no campo editorial brasileiro. Inauguram a prática de encomendar aos autores os livros específicos para as coleções (PONTES, 1989, p. 389).

Nos anos 1920 e 1930, o livro começava a ser uma mercadoria de massa, já que ocorreu um crescimento no número de editoras e de variedade de títulos e autores. Isso aconteceu “[...] a partir da descoberta de que o livro é um ‘bom negócio’, que as coleções se multiplicam tendo em vista chegar àqueles que não liam os livros brasileiros e que

agora podem passar a lê-los” (TOLEDO, 2001, p. 22).

Em se tratando da Companhia Editora Nacional, dois expoentes foram fundamentais para o crescimento da editora, sendo eles: Monteiro Lobato, que gozava de prestígio no mercado editorial, e Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da editora. Lobato e Marcondes tinham uma concepção que a indústria do livro deveria buscar produzir produtos com a finalidade de civilizar o Brasil por meio da educação. Logo, a partir da produção de diversas coleções editoriais, teríamos a expansão e a institucionalização do mercado editorial.

O empresário Octalles Marcondes Ferreira escolheu “[...] um nome de prestígio para coordenar o que seria um ambicioso e inovador projeto editorial: a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB). O nome escolhido foi o de Fernando de Azevedo” (NASCIMENTO, 2012, p. 177). Nesse período, Azevedo tinha conquistado prestígio social no campo educacional, pois tinha regido o Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo, em 1926, e foi reformador no Distrito Federal, de 1927 até 1930. Fernando de Azevedo foi elogiado pela reforma da Instrução, sendo enaltecidos o programa escolar, a reforma e a construção de novos prédios escolares e os livros didáticos (O JORNAL, 1927, p. 5). Apesar de ter sofrido oposição, o jornal *A batalha* destaca que com relação ao clima político para a reforma da Instrução Municipal existia “balburdia e desorganização” e Fernando de Azevedo colocou uma “ordem relativa” (A BATALHA, 1930, p. 2).

No tradicional jornal fluminense, é destacado que Fernando de Azevedo exerce o seu cargo como a independência e a coragem (A MANHÃ, 1927, p. 3). Além disso, devido ao seu reconhecimento social, Fernando de Azevedo recebeu muitas homenagens de setores relevantes da elite intelectual nacional. Seja um almoço organizado pelo tradicional clube dos bandeirantes (O JORNAL, 1927, p. 7), assim como o evento organizado pela Associação Brasileira de Educação (O JORNAL, 1927, p. 14). Foi reconhecido por seus pares com uma homenagem pelo trabalho realizado na reforma do ensino do Distrito Federal (CORREIO PAULISTANO, 1930). Nesse sentido, em datas comemorativas, como o seu aniversário, foi apontado que “[...] o Dr. Fernando de Azevedo terá oportunidade de receber, hoje, o testemunho da alta estima e da admiração que ao lhe votam nos círculos intelectuais de S. Paulo” (CORREIO PAULISTANO, 1925)

Isto posto, fica evidenciado que Azevedo mobilizou esse montante de capitais cultural, político e científico, ou seja, capital educacional para legitimar sua ação no campo educacional. “Destarte, a escolha de Azevedo revela que tanto seu capital cultural quanto

seu capital social lhe asseguravam ampla circulação no campo cultural e político brasileiro, a partir da década de 1920” (NASCIMENTO, 2012, p. 177).

A predileção da Companhia Editora Nacional em convidar Azevedo a ser o líder de um projeto editorial tão ambicioso revela o interesse da editora em usufruir o reconhecimento social obtido por ele ao passo que,

O organizador da coleção funcionava como autoridade legitimadora da seleção empreendida, indicando os títulos e autores necessários para a formação dos leitores. Na constituição das coleções, com já foi indicado, havia regras determinadas de acordo com os objetivos que eram definidos por seus organizadores e que se mostravam, sobretudo, no nome dado a elas. Além disso, a escolha do nome do organizador, do ponto de vista da estratégia comercial, muitas vezes garantia o convencimento do público que a seleção era confiável e servia aos fins que se propunha – funcionava, assim, como propaganda para o público, constituindo-se em umas das chaves da difusão dos títulos selecionados (TOLEDO, 2010, p. 143).

A posição de organizador ocupada por Azevedo possibilitou propagar o seu projeto de sociedade na coleção. O senso prático de Fernando de Azevedo foi operaciolizado na seleção de textos considerados essenciais para a cultura e para os leitores. Assim, esse agente social teria a capacidade “[...] de interferir diretamente na cultura escolhendo obras, traduzindo, simplificando leituras para formação do leitor nos temas fundamentais, eleito pelo próprio organizador” (TOLEDO, 2010, p. 145).

Além disso, comercialmente existia uma demanda crescente por livros que contribuíssem com a formação dos professores. Tal busca por uma nova literatura educacional se deu graças às reformas educacionais realizadas por Azevedo e seus parceiros. Nesse sentido, Fernando de Azevedo teria a possibilidade de contribuir com a produção de livros de qualidade, assim como ter capital social o suficiente para mobilizar uma rede de autores para publicar seus trabalhos na coleção.

A escolha feita pela Companhia Editora Nacional deve ser vista à luz do contexto da época, que estava marcada por uma intensa disputa no campo educacional: de um lado, os intelectuais católicos e, do outro, os renovadores da educação. Destarte, a CIA. Editora Nacional, ao selecionar Fernando de Azevedo, demonstra apoio ao projeto político que visava a modernização da educação. Vale ressaltar que os educadores católicos tinham um espaço privilegiado para difundir suas ideias, que era a editora carioca Civilização Brasileira (TOLEDO, 2010).

Além disso, devemos considerar um evento histórico importante no período, que foi a

criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, comandado por Francisco Campos. Dessa forma, o Ministério contribuiu com o avanço do mercado editorial, atuando como ordenador do campo educacional e consumidor das produções da Biblioteca Pedagógica Brasileira.

O fato de Azevedo ocupar um cargo na CEN possibilitou estabelecer negócios entre os governos do Distrito Federal, de São Paulo e da Guanabara com a editora que atendia a demanda por livros escolares. Das cinco coleções da Biblioteca Pedagógica Brasileira, Fernando de Azevedo dirigiu três entre 1931 até 1946, sendo elas: *Atualidades pedagógicas*, *Iniciação científica* e *Brasiliana*. Apenas as de literatura infantil e livros didáticos que Azevedo não dirigia.

Segundo Toledo (2010), cada coleção possui uma orientação específica de acordo com a faixa etária. Dessa forma, a coleção *Literatura infantil* visava motivar as crianças a realizarem a leitura, já a coleção *Livros didáticos* buscava alcançar o público de alunos em todos os níveis de escolares; a coleção *Atualidades pedagógicas* era destinada à formação de professores das escolas primárias, secundárias e superior, oferecendo inovações teórico-metodológicas para a prática de ensino, conforme preconizado pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932; a coleção *Iniciação científica* tinha como público-alvo pessoas que estavam na escola ou que já tinham terminado os estudos, buscando a propagação do conhecimento científico; e, por fim, a *Brasiliana*, que se caracterizava por ser uma coleção que divulgou o conhecimento da Sociologia e da História, a partir de obras que tratavam sobre a realidade brasileira.

É salutar destacarmos que os livros são vistos como um instrumento fundamental para construção da modernização e da integração nacional. Logo, seriam um mecanismo de divulgação da cultura brasileira contribuindo para o modelo de civilização.

O ambicioso programa da B.P.B. – de larga ofensiva da renovação cultural – é uma espécie de síntese das propostas preconizadas pelos grupos de educadores, do qual Azevedo fazia parte, que pretendia reformar a cultura realizando ampla reforma educacional que atacasse dois pontos fundamentais: a modificação da mentalidade das novas gerações das classes média e alta, por meio de uma educação mais realistas cujos fins seriam o de formar a consciência nacional, preparando melhor as elites do país; educar as classes populares para que encontrassem meios mais racionais de viver, elevando seu nível econômico, moral e intelectual, dando-lhes a possibilidade de participar da circulação das elites dirigentes do país. A solução educacional seria o modo mais racional de gerar as transformações necessárias para o Brasil (TOLEDO, 2001, p. 72).

A partir da década de 1930, o Estado brasileiro começou a atribuir relevância à educação como uma ferramenta para a modernização do país. Assim, as coleções que Fernando de Azevedo coordenou se enquadram nesse contexto e no crescimento do público leitor do país. Tais projetos editoriais foram importantes para cativar os novos leitores e a difusão do conhecimento das Ciências Sociais.

Essas coleções tinham objetivos diferentes. A *Brasiliana* foi responsável por reorientar a percepção sobre o significado do Brasil.

A Atualidades Pedagógicas se dedicou a instituir um novo léxico normativo no campo educacional do Brasil, e a coleção Iniciação Científica caracterizou-se pelo sentido de iniciação às ciências: o nome da ciência e a referência de que é uma iniciação (lições) estão explicitamente postas no título respondendo permanentemente a nova série (NASCIMENTO, 2012, p. 177).

Nesse sentido, a coleção *Brasiliana* tinha “[...] como objetivo revelar o Brasil para os brasileiros, ou seja, divulgar a cultura, o pensamento brasileiro e o conhecimento científico sobre o Brasil” (RODRIGUES, 2008, p. 2). Para isso, traduziu obras de intelectuais estrangeiros que refletiam sobre os problemas do Brasil. Importante notar a relevância oferecida por Fernando de Azevedo aos tradutores dos livros. A “[...] *Brasiliana* adotava uma política editorial voltada para a valorização da tarefa do tradutor” (RODRIGUES, 2008, p. 4). Tal ação praticada pelo editor tinha uma finalidade, que era “[...] uma estratégia de Azevedo para que eles emprestassem sua autoridade, e a de suas instituições, aos livros traduzidos” (NASCIMENTO, 2012, p. 192). A coleção contou com importantes colaboradores na tarefa de realização da tradução das obras, entre eles: Luiz da Câmara Cascudo, Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Lacerda etc.

A coleção *Brasiliana*, para atingir o seu objetivo, buscou traduzir obras estrangeiras, reeditou obras clássicas e fomentou novos trabalhos que abordam as mazelas nacionais. O legado da *Brasiliana* consistiu em assegurar a organicidade entre a sua proposta pedagógica de nacionalidade marcada pela difusão de valores culturais e civilizacionais capazes de garantir a concepção de Estado-nação como moderno, mestiço e cosmopolita (NASCIMENTO, 2012, p. 183).

Tal coleção propiciou que uma fração da intelligentsia das Ciências Sociais dos anos 1930 e 1940 tivessem a oportunidade de publicar trabalhos. “O fato de uma obra integrar a coleção já a qualificava de antemão no campo intelectual para ser recomendada e respeitada, até mesmo pelos críticos” (NASCIMENTO, 2012, p. 183). Segundo Nascimento (2012),

inúmeros intelectuais de renome das mais diferentes instituições publicaram na *Brasiliiana*. Entre eles: Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Oliveira Viana, Basílio de Magalhães etc. Logo, fica demarcado o prestígio que Azevedo tinha ao conseguir congregiar importantes nomes do pensamento social brasileiro ao projeto que vinha desenvolvendo.

Por esse ângulo, o capital social operacionalizado por Fernando de Azevedo configura-se em redes de relações duráveis, que possuíam uma utilidade relacional. Seja para os autores, que teriam seus trabalhos publicados em um importante espaço de distinção, seja para Azevedo, que quer congregiar renomados autores, fortalecendo a sua prática como coordenador. O ambiente intelectual possuiu características que são específicas, “[...] um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora” (RÉMOND, 2010, p. 248).

Nesse sentido, a Biblioteca Pedagógica Brasileira compõe a estrutura do campo educacional por intermédio de forças antagônicas de adesão, devido às alianças que são construídas e às influências exercidas, do mesmo modo que as exclusões de determinados agentes pelas posições tomadas e as cisões oriundas.

Na coleção *Brasiliiana*, produções realizadas por autores brasileiros predominam “[...] devido à crença de seu editor de que competia a *intelligentsia* do país a responsabilidade de conduzir a vida pública e de criar o espírito de nacionalidade” (NASCIMENTO, 2012, p. 181). Como visto, a *intelligentsia* brasileira foi promovida por Fernando de Azevedo, como expoente do movimento Escola Nova, que utilizou o cargo de coordenador da coleção para publicar textos de renomados intelectuais que tratam sobre educação, sendo eles: Antônio Ferreira de Almeida, Anísio Teixeira, John Dewey, Lorenzo Luzuriaga, Henri Wallon etc.

Com relação à coleção *Atualidades pedagógicas*, esta pode ser entendida como a materialização de uma concepção de Azevedo acerca da formação dos professores. “Na década de 1930, essa coleção inovou ao propiciar a elaboração de um material pedagógico com padrões editoriais considerados de excelência nessa coleção” (NASCIMENTO, 2012, p. 185). É importante ressaltar o papel político na seleção dos intelectuais que contribuíram com a coleção. Os colaboradores possuíam vinculação com os princípios dos reformadores da Escola Nova. Logo, os convidados que tiveram destaque na coleção *Atualidades pedagógicas* foram os membros que compunham a ABE, que ajudaram Azevedo na fundação do IEUSP e que trabalharam na Reforma no Distrito Federal com Anísio Teixeira.

Cabe mencionar a disposição conciliadora de Fernando de Azevedo, que transitava em

diferentes espaços sociais, políticos e científicos, buscando manter uma postura de mediar os pontos de vista divergentes. O resultado de sua conduta são os manifestos dos educadores de 1932 e de 1959, e o manifesto dos intelectuais pela liberdade de opinião, de 1965. Tais documentos congregaram inúmeros intelectuais, sendo que Azevedo teve o papel de protagonista (PENNA, 2010). Portanto, o autor “[...] posicionou-se como um representante da *intelligentsia* das ciências sociais no Brasil, capaz de liderar diversos intelectuais, negligenciar suas diferenças e potencializar aquilo que poderia uni-los” (NASCIMENTO, 2010, p. 173). Então, a escolha para integrar a coleção *Atualidades pedagógicas* não era um ato desinteressado, mas estava relacionado com as disputas travadas no campo educacional.

O panorama existente da *Atualidades pedagógicas* começou a mudar a partir do momento que os educadores católicos começaram a ditar os rumos do campo educacional no país. Assim, a coleção sofreu um duro golpe deixando de possuir prestígio social e relevância em 1938 com a ação de extinção do IEUSP, realizada pelo interventor paulista Ademar Pereira de Barros. Destarte, no fim dos anos 1930, o desmonte da política educacional empreendido pelo Estado, em especial as alterações influenciadas pelo grupo de intelectuais católicos que mudaram a estrutura universitária, resultou com que Fernando de Azevedo tivesse que transformar as publicações das coleções.

Assim, numa adequação de editora à nova conjuntura política e condições de mercado, a corrente católica era acolhida e alguns autores da BPB, desejosos de não serem mais identificados com seu projeto, eram liberados contratualmente. Por fim, Fernando de Azevedo, bastante desgastado e atacado, se afasta em 1939 da direção geral da BPB, que deixa de existir com as mesmas características, com suas séries transformando-se em coleções autônomas, ao lado de outras que foram criadas (MORAES, 2006, p. 140).

A influência dos intelectuais católicos na política educacional do Estado brasileiro interferiu no afastamento de Anísio Teixeira da direção da Instrução Pública no Distrito Federal, que impactou nas vendas das coleções promovidas por Fernando de Azevedo, pois Teixeira era comprador das produções (EVANGELISTA, 1997).

Com isso, as transformações educacionais feitas no Estado Novo sob ingerência dos intelectuais católicos alterou os rumos do projeto editorial de Fernando de Azevedo. Fica evidente que a ofensiva católica ganhou respaldo dentro do campo educacional na medida em que a CIA. A Editora Nacional começou, a partir de 1939, a publicar coleções católicas. Ou seja, esse espaço, com um reconhecimento antes dominado apenas por Azevedo e, conseqüentemente, pelo grupo dos renovadores da educação, agora teria como concorrência



outros agentes sociais que possuíam uma concepção educacional diferente. Dessa forma, as duas correntes que polarizam no campo educacional tinham adquirido o mesmo lugar de prestígio.

Nesse contexto, em 1931 tivemos a criação da coleção *Iniciação científica*, que visava “[...] exercer influência na formação do seu público e, assim, colaborar para o desenvolvimento da cultura nacional” (NASCIMENTO, 2012, p. 190). Para isso, realizou a tradução de textos científicos e a edição de produções novas. Quando coordenou essa coleção, Azevedo publicou mais obras nacionais do que elaborações estrangeiras. Essa ação tinha uma intencionalidade baseada na ideia que “[...] editar significava, então, interferir politicamente no estado geral da cultura nacional. Editar livros de autores nacionais seria um ato de patriotismo e de defesa nacional; editar livros escolares compreendia intervir e contribuir para instrução pública” (TOLEDO, 2001, p. 47).

Essa coleção foi importante para a formação da mentalidade da sociedade brasileira acerca da pertinência do investimento em pesquisas científicas. A concepção trazida pela coleção *Iniciação científica* sobre ciência apontava para a sua contribuição ao desenvolvimento da nação. Ou seja, a produção do conhecimento científico teria que atender às necessidades de melhoria da sociedade brasileira.

A coleção possuía o caráter de propagação do conhecimento científico a um público heterogêneo que contava com estudantes das escolas normais, secundárias e superiores e era até mesmo direcionado ao público não escolar (LEAL, 2003). É justamente essa falta de um grupo-alvo que gerou um importante desafio a Azevedo, pois as obras teriam que possuir um conteúdo didático, contudo existia a preocupação do editor em não banalizar o conhecimento científico.

A situação transformou entre os 1930 e 1940, quando Azevedo viu sua imagem sendo desmoralizada pelos católicos, que recusaram seu nome para diversos cargos educacionais, além do uso de sua obra ser proibida para os docentes católicos. Assim, alguns autores, percebendo a perda de prestígio de Azevedo, pediram liberação dos vínculos com a editora. A CEN teve que se adaptar às novas exigências do mercado editorial que estava sendo direcionado pelos católicos, os quais tinham o controle do campo educacional.

Em suma, o senso prático sociológico de Fernando de Azevedo ocupando um cargo estratégico na divulgação do conhecimento científico deve ser enaltecido, pois à medida que esse agente social acumulava o capital científico institucionalizado, conferia-lhe autoridade

para contribuir com a imposição de um arbitrário cultural dominante a milhões de pessoas que tinham acesso às obras publicadas pelas coleções. Com isso, as condições sociais ofereceram objetivamente o exercício legítimo para escolher os conteúdos e quem seriam os autores que participariam desse projeto que visava a difusão e a consolidação de um novo tipo de produção de conhecimento acerca da realidade social que ajudaria na instrução das novas gerações. É justamente visando atender esses objetivos que Azevedo também produziu manuais didáticos.

### 5.3 FERNANDO DE AZEVEDO: O AUTOR DE *SOCIOLOGIA EDUCACIONAL* (1940)

Em 1940 foi publicado na coleção *Iniciação científica*, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, a primeira edição do manual didático *Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais*, escrito pelo diretor da coleção Fernando de Azevedo. Trata-se de um dos primeiros livros sobre o tema publicados no Brasil e que, embora tenha influenciado uma geração de professores, pouco se conhece nos dias de hoje. A Companhia Editora Nacional foi responsável pela divulgação da obra por ser a maior editora do país, com sede em quatro estados brasileiros, sendo eles: Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e a sua matriz em São Paulo. O livro teve uma ampla disseminação.

Devemos destacar que o manual analisado e escrito por Azevedo, mesmo que confeccionado para as escolas, teve sua construção reverberada nas disputas de cosmovisão científicas, religiosas e políticas que buscam internalizar um conjunto de valores nas novas gerações. Nesse sentido, os manuais são as expressões de tais tensões nos mais diversos campos. Ao realizar a análise sociológica da produção dos manuais didáticos, devemos considerar que cada elemento contido no material é resultado das relações sociais que são estabelecidas. Assim, existe uma intencionalidade nas ações realizadas. Logo, não é um ato gratuito e indiferente (BOURDIEU, 1996).

Fernando de Azevedo usufruía de vultoso prestígio que lhe conferia autoridade pedagógica reconhecida para confeccionar os livros. Dessa forma, ao produzir as obras está realizando a ação pedagógica que é a imposição de um arbitrário cultural dominante. Esse poder é uma violência simbólica à medida que o autor, que pertence a um grupo dominante, impõe por meio da escrita significações de uma determinada classe (BOURDIEU; PASSERON, 1970). Esse pequeno grupo social dotado de maior quantidade de capital cultural é influenciado por aspectos políticos, sociais e culturais. É preciso

salientar que quando estamos tratando de intelectuais, consideramos “[...] sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que vive – especialização esta que se legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate” (RÉMOND, 2010, p. 243).

O emprego da noção de itinerário desenvolvida por Rémond (2010) nos ajudará a compreender que Fernando de Azevedo pertencia a um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum. Ou seja, existia uma estrutura social no Brasil que proporcionou que os primeiros autores de livros didáticos fossem autodidatas.

Rémond (2010) salienta cuidados acerca de questões de interpretação que o pesquisador precisa tomar ao operacionalizar o itinerário, ao passo que “[...] as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço” (RÉMOND, 2010, p. 247). Nesse sentido, é fundamental se afastar “[...] das generalizações apressadas e as aproximações duvidosas” (RÉMOND, 2010, p. 247).

As estruturas de sociabilidade, como concebida por Rémond (2010), nos ajudarão a compreender as origens do despertar sociológico em Fernando de Azevedo. Para isso, identificar as amizades e as inimizadas construídas, que exercem influências no agente social. A mobilização da categoria “geração” será importante na medida em que

[...] no meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais, um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer que haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita (RÉMOND, 2010, p. 255).

O *habitus* sociológico de Fernando de Azevedo foi produzido de acordo com uma herança cultural, que recebeu no decorrer de sua trajetória. Nesse sentido, o sociólogo não se constituiu vácuo, mas foi forjado no processo de transmissão dos códigos culturais legitimados por uma tradição de pensamento. As condições sociais e pedagógicas de produção dos manuais didáticos oferecem objetivamente o exercício legítimo para escolher os conteúdos, visando construir o *habitus* dos discentes em concordância com a cultura dominante. Ou seja, aquilo que é escrito por Fernando de Azevedo possui uma autoridade legitimada pelas relações de força no âmago do espaço social, favorecendo a reprodução da hierarquia social.

O manual didático é dividido em quatro partes, possuindo 474 páginas separadas em

21 capítulos. A seguir, como os conteúdos foram organizados. Na primeira parte, nomeada “A educação, fenômeno social”, temos os seguintes conteúdos: o individual e o social; a coesão social e a tradição; a integração do indivíduo no grupo; a natureza sociológica do fenômeno da educação; a integração do indivíduo no grupo; e a educação nas sociedades primitivas. Na segunda parte, nomeada “As origens e a evolução das escolas”, constam as temáticas: a família e a educação; o grupo profissional pedagógico; a escola: uma instituição social; a rotina na educação de formadores e reformadores, a educação e o progresso; a família e a educação.

A terceira parte, denominada “Os sistemas educativos”, apresenta os temas: os sistemas pedagógicos e os outros sistemas sociais; a educação e as classes sociais; a complexidade e a crise em educação; a organização dos sistemas escolares. A quarta parte, denominada “Os problemas sociais pedagógicos”, indica os referidos assuntos: as cidades e os campos e os problemas de educação; o estado e a educação; política e educação; o problema dos fins de educação; a escola, o patriotismo e a unidade nacional; a opinião pública e a educação.

Bodart e Souza (2019), ao analisarem os elementos pré-textuais, observaram que é destacada a atuação de Fernando de Azevedo como professor da USP. Na folha de rosto, são mostradas as obras que já tinham sido publicadas pelo autor e os livros lançados pela coleção *Iniciação Científica*, da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Na introdução da obra, nomeada como “O que é Sociologia e o que é Sociologia Educacional”, Fernando de Azevedo propõe fazer um panorama histórico do surgimento da Ciência Sociológica e da Sociologia Educacional (CIGALES, 2014). Ainda na introdução Azevedo apresenta a Sociologia como ciência, buscando apontar as diferenças dela para outras formas de conhecimento. Alicerçado nas contribuições de Émile Durkheim, o autor enfatiza que o objetivo da Sociologia Educacional é se dedicar a analisar as instituições sociais e os fatos sociais (BODART; SOUZA, 2019).

O autor operacionalizou a Sociologia durkheimiana com o intuito de “[...] por meio da difusão dos conceitos e das investigações do sociólogo francês, legitimar a sociologia em nosso meio intelectual” (MEUCCI, 2001, p. 127). Logo, é importante apontar que a característica assumida na Sociologia de Fernando de Azevedo visava “[...] a legitimação da sociologia como uma ciência rigorosa, objetiva, sugeria, por conseguinte, que a nova disciplina seria, efetivamente, capaz de orientar, de modo objetivo, as ações em benefício do país” (MEUCCI, 2000, p. 84).

O senso prático sociológico de Azevedo tem a característica de ser neutra, objetiva e desinteressada, como concebida por Émile Durkheim. Ou seja, à medida que incorporou em seu corpo, desde o curso de Direito, uma concepção durkheimiana de analisar a realidade social, o autor em seus escritos operacionalizou dessa forma. Para Nascimento (2012), a estratégia de realizar uma Sociologia neutra tem relação com a estrutura social de sua época, já que Azevedo tinha necessidade de buscar legitimidade e apoio do Estado Novo. Tendo em vista esse cenário, as condições sociais de produção da obra são resultado do contexto da época. Destarte, o conhecimento sociológico estaria despreendido das disputas políticas do momento.

A questão educacional deveria ser tratada de forma neutra, imparcial e técnica, acima de qualquer interesse político partidário. “Somente por meio da investigação científica, de altos estudos e de cultura livre e desinteressada é que a nação poderia adquirir consciência de si mesma (TOTTI, 2009, p. 61). É nessa circunstância que a Sociologia assume o papel fundamental para auxiliar em respostas que pudessem oferecer soluções à crise educacional, que impactam no processo de modernização do país. Fernando de Azevedo, no decorrer de sua trajetória, adquiriu um *habitus* que “[...] considerou a Sociologia como condição para o progresso da sociedade brasileira ao imputar-lhe um papel fundamental nos diagnósticos e nas soluções dos problemas nacionais (NASCIMENTO, 2010, p. 2). Desse modo, “[...] as ciências sociais como norteamento científico e racional da ação, responsável por direcionar e definir não apenas a atuação dos cientistas sociais, mas também de educadores, professores, e do próprio Estado” (MORAES, 2016, p. 407).

Isso ficou constatado a partir do exame bibliométrico explorando as suas referências teóricas, os temas tratados, seus argumentos, exemplificações, explicações e buscando evidenciar suas filiações e influências em torno do fenômeno educação. Podemos inferir, mediante análise de conteúdo, que por meio de sua obra *Sociologia Educacional* (1940), Fernando de Azevedo traz para o pensamento social nacional grande contribuição da Sociologia francesa, representada por Céléstin Bouglé, Émile Durkheim e Marcel Mauss (colaboradores da revista *L'Année Sociologique*, coordenada por Durkheim), e da Sociologia alemã de George Simmel; sendo esses autores suas principais referências teóricas mobilizadas ao longo da sua obra.

Contudo, outras referências aparecem, sendo exatos 242 autores de diversas áreas. Termos como “organização”, “divisão social”, “sistema”, “progresso”, “estrutura” e

“processo social” são recorrentes e orientam grande parte das discussões, evidenciando uma ligação com o pensamento durkheimiano, buscando sempre a objetividade diante dos fatos sociais, no caso, da educação e das instituições escolares. Roger Batista, prefaciando a segunda edição da obra *Sociologia Educacional* (1940), afirmou que se tratava de um esforço empreendido por Azevedo em retomar a Sociologia Educacional “ao ponto em que deixara por Durkheim”, dando continuidade à sua obra, prolongando-a. Ainda que termos ligados ao conservadorismo estejam bem presentes, Azevedo inova ao apresentar a escola como espaço possível de transformação social, no qual é possível encontrar “formadores”, “precursores” e “reformadores”. O primeiro diz respeito ao “modelador de caracteres e de almas”, predominante em períodos em que as “[...] sociedades atingiram um alto grau de consciência e unificação [...]” (AZEVEDO, 1940, p. 223), representando esse estado. Os reformadores são predominantes nas crises sociais, revolucionárias e nos períodos críticos. Trata-se de educadores possuidores de ideias novas, que rompem com a tradição e “[...] se caracteriza[m] pela audácia do pensamento e pela liberdade de juízo e ímpeto de ação”, (AZEVEDO, 1940, p. 223), representando fração da sociedade ou das correntes de opinião. Já os “precursores” constituem o tipo intermediário, representantes de ideias que levarão anos, às vezes séculos, para serem predominantes de uma época, mas que em seu período não encontram condições sociais favoráveis ao seu pleno desenvolvimento.

Chama atenção o caráter conciliador de educação que Azevedo parece ter defendido, indicando que uma escola unitária (para todas as classes) seria uma forma de promover, “em vez das lutas e conflito de classes, harmonia e colaboração de classes”, AZEVEDO, 1940, p. 285), apontando que a classe média teria um papel fundamental nesse processo e que os “socialistas políticos” teriam, por muito tempo, subestimado seu papel por conta de “[...] uma interpretação tendenciosa da ‘lei de proletarização’ das classes; não levando em consideração senão os elementos objetivos, desprezando os fatores subjetivos e morais das lutas e conflitos de classe” (AZEVEDO, 1940, p. 285).

Nesse sentido, Azevedo trouxe para o Brasil, em um dos capítulos – bem antes de aqui chegar a Sociologia disposicionalista de Pierre Bourdieu –, contribuições da Sociologia disposicionalista de Edmond Goblot (1858-1935), que considerava as lutas de classes a partir de aspectos “subjetivos e morais”, destacando o papel do saber escolar na construção da distinção social entre classes, sendo sua segregação uma estratégia adotada pela burguesia como barreira para impedir a “invasão” das classes sociais menos favorecidas. Em síntese, inferimos que a obra em análise revela um Fernando de Azevedo “com” Durkheim e “para

além dele”, buscando “não ser contra ele”. As discussões empreendidas por ele passam, ao menos, pelo Funcionalismo, Sociologismo, Neokantismo, Fenomenologia, Pragmatismo e Disposicionalismo.

É reforçada a produção do conhecimento da Sociologia Educacional a partir de pesquisas teóricas e empíricas com a finalidade de oferecer aos agentes do Estado dados cientificamente fundamentados acerca da realidade, sendo uma ciência que deveria realizar a descrição da realidade (CIGALES, 2014).

Nelson Werneck Sodré, que tinha uma relevante coluna no *Correio Paulistano*, destaca Fernando de Azevedo como um dos que melhor escreveu no Brasil (CORREIO PAULISTANO, 1937, p. 7). Com relação ao livro *Sociologia Educacional*, pode ser visto com uma obra introdutória acerca de uma nova ciência. Para Sodré, Azevedo conseguiu distinguir com exatidão as diferenças entre a Sociologia e as outras ciências (CORREIO PAULISTANO, 1940, p. 8).

Vale ressaltar que “[...] entre as décadas de 1920 e a de 1970 houve no país a vocação para o diálogo da Sociologia com as políticas públicas educacionais” (NASCIMENTO, 2012, p. 273). Portanto, ao postular que a Sociologia seria capaz de municiar o Estado com dados, Fernando de Azevedo está buscando demonstrar a aplicabilidade dessa ciência em auxiliar na administração pública. Assim, diferente da Pedagogia, não seria função do pesquisador indicar como deve ser, ou seja, prescrever uma normatização acerca da sociedade (CIGALES, 2014). É importante enfatizar que essa diferenciação atendia aos interesses de Azevedo em fazer com que a Sociologia se consolidasse como um conhecimento autônomo em relação à educação e, “[...] na luta pela academização da disciplina, evitar que a sociologia, sob inspiração dos norte-americanos, fosse escravizada pela área de educação” (MEUCCI, 2000, p. 81). Desse modo, o autor indica na obra que uma investigação baseada na Sociologia Educacional não deve se limitar a analisar os acontecimentos que ocorrem no interior da escola. Portanto, as outras instituições sociais, como a família, precisam ser pesquisadas para alcançar os objetivos científicos (CIGALES, 2014).

Bodart e Souza (2019) apontam que Azevedo procurou tratar dos conteúdos gerais da Sociologia e, na sequência, da Sociologia Educacional e da Educação. Isso ocorreu, pois “[...] muitos alunos que chegavam ao curso normal não tiveram contato anterior com a disciplina de Sociologia, uma vez que naquele momento a Sociologia estava presente apenas no ensino

secundário” (BODART, SOUZA, 2019, p. 52).

Fernando de Azevedo teve uma importante atuação na política educacional visando consolidar seus princípios de modernização. Em sua obra é possível identificar esse *illusio* acerca da Sociologia Educacional, que era preparar os docentes que compunham o grupo de intelectuais com uma formação capaz de compreender os fenômenos sociais de forma ampla e com sentido crítico (CIGALES, 2014). Ou seja, o autor estava tão envolvido no jogo que no manual não deixou de reforçar uma concepção que defendeu ao longo da vida, por acreditar que vale a pena fazer parte do jogo. Portanto, para o autor os professores tinham uma função importante no seu projeto de país.

A concepção azevediana se mostra ligada a uma visão dos intelectuais que rompe com a simples compreensão destes como produtores, críticos e aperfeiçoadores da cultura, mas vê na função social deles uma especificidade e uma amplitude maior em relação ao seu papel no conjunto da sociedade como organizadores da cultura, responsáveis pela circulação das ideias e transmissão dos bens e dos valores intelectuais e morais herdados e dos novos anseios de uma sociedade em constante mudança (SILVA, 2016, p. 144).

Portanto, o grupo profissional pedagógico tinha a finalidade de contribuir com a produção, transmissão, sistematização e fazer circular novas ideias na sociedade. A preparação dos intelectuais seria fundamental para a efetivação dos objetivos de Fernando de Azevedo. Com isso, é destacado na obra sobre:

[...] o estudo da sociologia educacional que é uma das bases científicas das profissões ligadas à educação, não tem apenas uma utilidade pedagógica direta. Tem o mais alto interesse sociológico. Não há dúvida de que a inserção do ensino sociológico no quadro das disciplinas de um curso de formação profissional tem antes de tudo o objetivo de subministrar à preparação dos futuros professores uma base científica mais sólida, de lhes fornecer meios de atingir a uma compreensão mais ampla e completa dos fatos e dos problemas educacionais e, ao mesmo tempo, alargar-lhes o espírito, despertar-lhes o sentido crítico, levando-os a conhecer ‘o maior número possível de fatos sociais racionalmente coordenados’ ou, ao menos, verificáveis e coordenáveis. [...] Esta, para o futuro professor, a sua grande utilidade pedagógica direta: a de enriquecer a sua própria personalidade e ampliar e aprofundar a sua cultura, concentrando, para projetá-la sobre os fatos e as instituições pedagógicas, a luz da observação científica e das pesquisas metodicamente conduzidas, que permitirão aos estudantes adquirir uma visão mais clara da realidade social, a noção do papel dos fatores econômicos e ideológicos na organização das estruturas escolares, o dinamismo dos fatores educacionais como processo social geral e como uma ação específica, realizada pela escola, as relações destes fatores sobre o corpo social, e as repercussões de outras categorias de fatos sociais (econômicos, políticos, religiosos, morais, etc.) sobre os fatos e a



instituições de educação. [...] Não tive, com este livro, outro objetivo senão o de definir esse novo campo de investigações que se abre ao professor e ao sociólogo [...] (AZEVEDO, 1954, p. 34-36).

Como visto, podemos perceber que a trajetória de luta pela educação desenvolvida por Azevedo o fez incorporar valores e conhecimentos, os quais foram operacionalizados em seu senso prático na obra sociológica. Assim, a Sociologia teria como objetivo contribuir com o aperfeiçoamento da formação dos profissionais imbuídos da função de transmitir o conhecimento para as novas gerações, o que ajudaria na constituição de uma visão crítica.

O jornal *A Cruz: Orgão da Parochia*, de S. João Baptista/RJ, destaca a importância que Fernando de Azevedo teve ao se inserir na formação de professores, “[...] criando a cultura superior para o professorado, criando a mentalidade responsável” (A CRUZ, 1928, p. 5), pois a disciplina Sociologia vista como uma disciplina “[...] qualquer que seja o aspecto por que a encareis, tem relevância e grandeza extraordinárias” (A CRUZ, 1928, p. 5). Ou seja, “[...] a Sociologia poderia colaborar para o projeto de construção da nacionalidade e para o desenvolvimento de uma nova mentalidade, e conseqüentemente, para o surgimento de novas práticas sociais no país” (NASCIMENTO, 2012, p. 276). Desse modo, “[...] a sociologia deveria, pois, assumir uma posição fundamental oferecendo o suporte científico para a ação política” (MEUCCI, 2000, p. 84).

No mesmo sentido, a educação não deveria ser posta diante dos interesses privados ou políticos, mas teria a finalidade de atender ao interesse público da nação. “A obra de Azevedo se situa numa configuração marcada pelo movimento escolanovista, onde era necessário enfatizar o papel do Estado na expansão de uma oferta educacional laica que colaborasse para a modernização do país” (BODART, SOUZA, 2019, p. 54). Para Azevedo, o grupo de intelectuais renovadores, a educação controlada “[...] pelo poder público, poderia ser um dos instrumentos mais valiosos para a constituição da nação e da nacionalidade brasileira (MEUCCI, 2001, p. 127).

Por fim, as condições sociais de produção da obra *Sociologia Educacional* refletem o conjunto de relações sociais estabelecidas pelo autor. Portanto, fica evidenciado que a construção dos manuais didáticos é a reverberação das ações realizadas por Fernando de Azevedo no decorrer de sua vida, pois o conteúdo da obra dialoga com o projeto educacional de modernização do país que Azevedo advogou. Nesse sentido, a Sociologia proposta seria um conhecimento que ajudaria na formação da nova geração que tivesse uma visão crítica acerca da realidade. Além disso, o autor vislumbrava que o saber sociológico

poderia auxiliar na administração pública por meio de pesquisas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação nos debruçamos sobre a trajetória do mineiro Fernando de Azevedo. A escolha desse agente social deu-se pelo seu histórico de luta pelo processo de institucionalização da Sociologia. Azevedo foi proveniente da classe dominante tradicional do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e estabeleceu relações sociais em São Paulo no decorrer de sua trajetória social. No entanto, Azevedo não pertencia à elite econômica.

Miceli (1979) destaca que sua família tinha origem social tradicional, todavia passou por crises econômicas durante a Primeira República. Assim, ele teve que buscar realizar estratégias de distinção social mediante a aquisição de capital simbólico, visando melhores condições profissionais. Nesse sentido, Azevedo acumulou capital educacional que permitiu com que tivesse uma autoridade pedagógica para colocar a sua perspectiva de mundo nas políticas educacionais.

O objetivo desta dissertação foi compreender a construção do *habitus* sociológico de Fernando de Azevedo. Portanto, investigamos as seguintes ações: como autor, organizador de obras sociológicas e a sua participação na fundação do primeiro curso de formação de professores de Ciências Sociais no Brasil, na USP. O recorte temporal da nossa investigação dá-se de 1930 até 1940. Esse período se justifica por marcar o ano em que assumiu a coordenação da BN até o ano da publicação do último manual de Sociologia. A fim de “reconstituir” a trajetória de Fernando de Azevedo, para esse intento além de uma revisão de literatura, que serviu para nos apropriarmos de pesquisas biográficas acerca da vida do autor, coletamos informações complementares sobre a trajetória social de Fernando de Azevedo a partir de buscas direcionadas na HDB.

Para esse intento: a) realizamos a reconstrução da trajetória de Fernando de Azevedo; b) investigamos a biografia de Fernando de Azevedo, quais foram os espaços sociais e os campos sociais ocupados; c) compreendemos a lógica de funcionamento dos campos: político, cultural, científico e educacional nos quais Azevedo esteve inserido; e d) identificamos quais os principais capitais simbólicos que Azevedo esteve disputando.

Do ponto de vista teórico, adotamos uma análise a partir das contribuições da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu. Portanto, consideramos que a participação de Fernando de Azevedo no processo de institucionalização da Sociologia foi resultado de três “dimensões” interdependentes: a estrutura social, as disposições sociais e a sua agência. O senso prático sociológico de Fernando de Azevedo é produto da disposição incorporada no

decorrer das suas experiências profissionais no interior dos campos sociais em que esteve inserido, assim como em um contexto político e econômico propício às suas ações. Analisamos as suas práticas, os espaços em que esteve presente e as relações estabelecidas para entender as incorporações sociais. Tais aspectos são de fundamental importância para compreender a estrutura social e os capitais simbólicos disputados.

Observamos que Azevedo vislumbrava a Sociologia como uma importante ferramenta para compreender os problemas sociais que afligiam o Brasil. O país estava passando por intensas transformações, sobre as quais Fernando de Azevedo, alicerçado nas contribuições de Durkheim, realizou estudos e políticas públicas com a finalidade de contribuir com a formação do Brasil moderno. A construção do *habitus* sociológico de Azevedo foi forjado de forma contínua a partir de sua ação em diversos cargos que ocupou e das relações dentro dos campos sociais em que transitou.

Nesse sentido, a fundação do primeiro curso de formação de professores em Ciências Sociais possuía relação com o projeto defendido por uma elite intelectual da qual Azevedo fazia parte e que defendia um tipo de modernização do país. Assim, ocorreu uma disputa no campo educacional entre os intelectuais católicos e laicos para estabelecer o modelo de educação que o país iria seguir. Por esse ângulo, a criação do curso de Ciências Sociais da USP faz parte desse contexto histórico em que Fernando de Azevedo participou de forma ativa.

Além disso, Azevedo ocupou um relevante cargo estratégico na divulgação do conhecimento científico que foi o de coordenador da coleção na BN. Vale ressaltar que o mercado editorial nesse momento estava passando por um processo de franco crescimento. Ou seja, o contexto social foi importante para transformar o cargo ocupado em maior prestígio, sendo que Azevedo tinha acumulado capital educacional que lhe possibilitava autoridade para realizar a imposição de um arbitrário cultural nas obras que foram lançadas pelas coleções que comandou.

Identificamos que a obra *Sociologia Educacional* e as condições sociais de sua produção refletem aquilo que Azevedo defendeu ao longo de sua vida. Portanto, o conteúdo da obra tem profunda conexão com o projeto de modernização do qual Azevedo era entusiasta e o conhecimento sociológico era visto como uma ciência que ajudaria na consolidação desse ideal.

Por fim, a construção do “*habitus* sociológico” de Fernando de Azevedo não foi tão

somente a um campo específico. O senso prático sociológico foi influenciado pelo *habitus* produzido na intersecção dos campos cultural, científico, político e educacional a partir das disputas ocorridas nesses outros campos, fazendo com que o autor agisse e acreditasse na importância da Sociologia em contribuir com o processo de modernização do país.

## REFERÊNCIAS

ACÇÃO Catholica. **Jornal A Cruz**: Órgão da Paróquia de S. João Baptista (RJ). Ano 18, n. 272, p. 5, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/829706/1568>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1989 (v. 1).

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

AZEVEDO, Fernando. **Inquérito para O Estado de S. Paulo**, em 1926, 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada**: problemas e discussões. São Paulo: Melhoramentos. 1960. Acesso em: 18 ago. 2021.

AZEVEDO, F. de. A Sociologia na América Latina, e particularmente, no Brasil. **Revista de História**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 339-361, 1950. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34858>. Acesso em: 18 ago. 2021.

AZEVEDO, Fernando. **Princípios de Sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

AZEVEDO, Fernando. **História de minha vida**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.

AZEVEDO, Gustavo Cravo de; NASCIMENTO, Tais Barbosa Valdevino do. O discurso de apoio à Sociologia no Ensino Médio nos anos 30/40 e nos anos 90/00: apontamentos sobre os dois períodos. **Revista Café com Sociologia**. v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/529>. Acesso em: 18 ago. 2021.

A REFORMA da Instrução. **O Jornal (RJ)**. Ano 7, n. 2525, p. 2, 1927. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/30776](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/30776). Acesso em: 19 jun. 2020.

BARON, Engerroff, Ana. MARCELO; Pinheiro, Cigales. A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais. **Revista Urutágua**, n. 35, p. 80-101, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/36651>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego de. Os manuais de Sociologia Educacional nos anos de 1940: contexto de produção, autores, estruturas didáticas e perspectivas teóricas. **Em Tese, Florianópolis**, v. 16, n. 1, p. 40-67, 2019. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p40>. Acesso em: 15 jul. 2021

BOTO, C. A intelectualidade paulista, o Manifesto dos Pioneiros e a Universidade de São Paulo em sua primeira “missão”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 19-33, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n95/0103-4014-ea-33-95-00019.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.

BRASIL. Decreto – lei n. 4.244 de 09 de abril de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo...** [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. (Coleção Educadores).

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100015&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100015&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 10 jul. 2021

CANDIDO, Antonio. Um reformador. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p. 1117, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70512>. Acesso em: 10 jul. 2021.

COMO sera comemorada a data de hoje. **O Jornal (RJ)**. Ano 7, n. 2683, p. 7, 1927. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/33683](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/33683). Acesso em: 19 jun. 2020.

CARDOSO, Irene de Arruda. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

CASTRO, Maria Cecília Ferraz Cardoso de. O arquivo Fernando de Azevedo: cronologia e bibliografia. **Rev. Ins. Est. Bras.** São Paulo, n. 37, p. 213-245, 1994. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rieb/citationstylelanguage/get/chicago-authordate?submissionId=71334&publicationId=58438>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CIGALES, Marcelo. **A Sociologia Católica no Brasil: análise sobre os manuais escolares (1920-1940)** (Tese de Doutorado) 2019. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Cigales, Marcelo. Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. 2014. *Alabastro*, 2(4), p. 65-78. Disponível em: <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/74>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CIGALES, Marcelo. A Sociologia Católica de Francisca Peeters na constituição do campo educacional brasileiro na década de 1930. **Em tese (Florianópolis)**, v. 16, p. 68-94, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p68>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CIGALES, Marcelo. Dilemas da Sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. **Revista Alabastro**, v. 2, n. 4, p. 6578, 2014. Disponível em: <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/74>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CIGALES, Marcelo. **A Sociologia Educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica (Dissertação de Mestrado)**. 2014. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CHRONICA Social. **Jornal Correio Paulistano (SP)**. Ano 75, n. 22156, p. 4, 2 1925. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_07/17400](http://memoria.bn.br/docreader/090972_07/17400). Acesso em: 10 jul. 2020.

CHRONICA Social. **Jornal Correio Paulistano (SP)**. Ano 80, n. 22156, p. 4, 1930. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_08/3066](http://memoria.bn.br/docreader/090972_08/3066). Acesso em: 10 jul. 2020.

CONSIDERAÇÕES da ordem economica. **Jornal Correio Paulistano (SP)**. Ano 90, n. 25753, p. 7, 1940. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_09/544](http://memoria.bn.br/docreader/090972_09/544). Acesso em: 10 jul. 2020.

EVANGELISTA, O. A formação de professores em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 163-190, 2010. São Paulo (1934-1938). 1997. 115f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

FAUSTO, Bóris. **O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

FAVORETO, Aparecida; GALTER, Maria. Entre alfabetizar e educar: por que reler esta questão?. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 113-118, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1015>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.



FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *In*: Calixtre, B.: Biancarelli, A. M.; Macedo Cintra, M. A. (org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo , sedução e silêncio**: propaganda e controle ideológico no Brasil. São Paulo: Loyola.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Edusp, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República**: uma interpretação, em Boris Fausto (org.) O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930) t. I Il, v. 2 (São Paulo, Difel, 1971). p. 343-373.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. *In*: **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 535-553.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. *In*: MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice; **Revista dos Tribunais**; Idesp, 1989.

MACHADO, Suelen Fernanda; TERUYA, Teresa Kazuco. O manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino. *In*: VII Jornada do Histedbr “O trabalho didático na história da educação”, 7., 2007, Campo Grande. **Anais** (on-line). Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.2007. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/joad7/\\_GT2%20PDF/O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%20D5ES%20NA%20FORMA%20C3O%20DE.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/joad7/_GT2%20PDF/O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%20D5ES%20NA%20FORMA%20C3O%20DE.pdf). Acesso em: 29 set. 2020.

MASSI, Fernanda. “**Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)**”. *In*: MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/Campinas, 2000.

MEUCCI, Simone. **Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil**. Estudos de Sociologia. São Paulo. v. 6, n. 10, p. 121-157, 2001. Disponível em:  
<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difusão Editorial, 1979.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. *In*: MICELI,

Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989, p. 72-110.

MONTEIRO, José Marciano. **10 Lições sobre Bourdieu**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2018. v. 1. 133p.

MORAES, Amaury Cesar. **Ensino de Sociologia**: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES, v. 31, p. 359-382, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

MORAES, Didier Dias de. **Uma trajetória do design do livro didático no Brasil: a Companhia Editora Nacional, 1926-1980**. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

MORAES, Livia. Ciências Sociais e intelectualidade: ciência, educação e política. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 395-409, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201606140748>. Acesso em: 29 set. 2020.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Fernando Azevedo**: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. Fernando de Azevedo: institucionalização da sociologia e modernização brasileira. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. v. 32, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/3557>. Acesso em: 29 set. 2020.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962. (Textos Brasileiros de Pedagogia, 2).

O MINISTRO da Guerra adoptou o papel azul para dizer aos generaes que desocupem o becco”. Por que não empregou, antes, o papel higienico ? **A Batalha (RJ)**. Ano 10, n. 272, p.2, 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/175102/2172>. Acesso em: 12 jul. 2020

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education (Online)**, v. 35, p. 179-189, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222/pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro; ENGERROFF, Ana. Martina. Baron. Disputas e concepções de Sociologia no campo educacional brasileiro: Fernando Azevedo e Alceu Amoroso Lima. **Perspectiva**, [S. l.], v. 39, n. 4, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/72122>. Acesso em: 29 dez. 2021.

O NOVO diretor de Instrução Municipal. **O Jornal (RJ)**. Ano 7, n. 2488, p. 5, 1927.

Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/30171](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/30171). Acesso em: 19 jun. 2020.

O COSMOS resolveu entrar também em um período de revoluções e guerras. **Jornal Correio Paulistano (SP)**. Ano 87, n. 24790, p. 9, 1937. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_08/16181](http://memoria.bn.br/docreader/090972_08/16181). Acesso em: 10 jul. 2020.

OUVIRÃO a seguir. **Jornal Correio Paulistano (SP)**. Ano 87, n. 25082, p. 7, 1937. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_08/21887](http://memoria.bn.br/docreader/090972_08/21887). Acesso em: 10 jul. 2020.

PAULA, Maria Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 71-84, 2009.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores - MEC).

PETERS, Gabriel. **Pierre Bourdieu**. In: Sarah Silva Telles; Sarah Silva Telles (orgs.). Os sociólogos clássicos das Ciências Sociais. Editora PUC-Rio, 2018.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo: da Educação Física às Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 37, 1994, p. 81-98.

PINTO, Costa; CARNEIRO, Edison. As Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: CAPES. **Série Estudos e Ensaios**. n. 6, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71118>. Acesso em: 29 set. 2020.

PIRES, Welkson. Da praxiologia bourdieusiana à Sociologia psicológica de Lahire: estabelecendo um diálogo disposicionalista. *Estudos de sociologia (UFPE)*, v. 2, p. 3761, 2018. Disponível em: <http://https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243417>. Acesso em: 12 maio 2021.

PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ da décadas de 30,40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo, Hucitec. 1989.

QUEIROZ, M. I. P. de. (1994). Fernando de Azevedo: o sociólogo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (37), p. 53-69. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i37p53-69>. Acesso em: 29 set. 2020.

RODRIGUES, Cristina, Carneiro. Traduções da Coleção Brasileira: fontes primárias. **Revista Tradução em Revista**. Fascículo n. 5. 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=12935@1>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SALMERON, R. A. A universidade interrompida: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. UnB, 1999.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2002, n. 20, p. 60-70 .

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

THEATRO e Musica. **O Jornal (RJ)**. Ano 7, n. 2685, p. 14, 1927. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/33738](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/33738). Acesso em: 19 jun. 2020.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Coleção “**Atualidades pedagógicas**”: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TOTTI, Marcelo Augusto. **Ciência e educação no pensamento de Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes**: das rupturas paradigmáticas à análise retórica. 2009. 151f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101546>. Acesso em: 29 set. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas. 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VIESTEL, Roberto Marin. Fernando de Azevedo: “história de minha vida” / apontamentos do processo civilizador de Norbert Elias. **X Encontro regional sudeste de História Oral. ANAIS**, 2013.

XAVIER, Libânea Nacif. Manifestos, cartas, educação e democracia. *In*: GONDRA, J. G.; MAGALDI, A. M. (orgs). **A reorganização do campo educacional no Brasil**: manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 12-41.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP**. São Paulo, n. 4, p. 90, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12410/8995>. Acesso em: 29 set. 2020.

ZOLA. **Jornal A Manhã (RJ)**. Ano 6, n. 845, p. 3, 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116408/6033>. Acesso em: 10 maio 2020.